Todos nós sabemos que a conversação é a atividade diária mais comum na vida das pessoas. Mas, o que é que fazemos quando conversamos? Seguimos alguns esquemas gerais ou agimos caoticamente? Como é que tomamos a palavra numa conversa? Qual a importância dos conhecimentos e fatores lingüísticos e não-lingüísticos na interação verbal?

Estas são algumas das questões analisadas neste livro, que fornece uma introdução aos temas centrais de uma área ainda pouco explorada pelos lingüistas e educadores brasileiros.

Luiz Antônio Marcuschi, professor de Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, é autor do livro **Linguagem e classes sociais**.

ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO Luiz Antônio Marcuschi

Áreas de interesse do volume

- Comunicações
- Educação
- Lingüística
- Sociologia

ISBN 85-08-01496-

Princípios

Luiz Antônio Marcuschi

ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO

Direção
Benjamin Abdalla Junior
Samira Youssef Campedelli
Preparação de texto
Sueli Campopiano
Arte
Coordenação e projeto gráfico (miolo)
Antônio do Amaral Rocha
Arte-final
René Etiene Ardanuy
Capa
Ary Normanha
Antonio U. Domiencio

Impressão e Acabamento
GEOGRÁFICA editora

ISBN 85 08 01496 1

2001

Rua Barão de Iguape, 110 – CEP 01507-900
Caixa Postal 2937 – CEP 01065-970
São Paulo – SP
Tel.: 0XX 11 3346-3000 – Fax: 0XX 11 3277-4146
Internet: http://www.atica.com.br
e-mail: editora@atica.com.br

Sumário

1
Introdução

Afirmar que o desempenho lingüístico na fala não se serve apenas da gramática e do léxico da língua, mas lança mão dos mais variados recursos, sejam eles verbais ou não, é repetir o óbvio. Mas, no caso da língua portuguesa falada no Brasil, trata-se de um óbvio intuitivo, pois pouco se sabe entre nós sobre o seu real funcionamento. Menos ainda sobre os processos conversacionais. É tendo em vista esta situação que ofereço alguns elementos para a pesquisa nesta área, esperando que sirvam de incentivo aos leitores para futuras investigações.

Moda ou não, creio que há boas razões para o estudo da conversação. Em primeiro lugar, ela é a prática social mais comum no dia-a-dia do ser humano; em segundo, desenvolve o espaço privilegiado para a construção de identidades sociais no contexto real, sendo uma das formas mais eficientes de controle social imediato; por fim, exige uma enorme coordenação de ações que exorbitam em muito a simples habilidade lingüística dos falantes.

Não dedicarei atenção detalhada a questões mais complexas, como a aquisição da conversação, a conversação entre crianças, a interação entre surdos, a comunicação patológica, a relação cidadão—burocracia e outras mais.

Também não tratarei de todos os tipos de conversação, centrando-me sobretudo nas *naturais*.[1]

A *Análise da Conversação* (AC) iniciou-se na década de 60 na linha da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva e preocupou-se, até meados dos anos 70 sobretudo, com a descrição das estruturas da conversação e seus mecanismos organizadores. Norteou-a o princípio básico de que todos os aspectos da ação e interação social poderiam ser examinados e descritos em termos de organização estrutural convencionalizada ou institucionalizada. Isto explica a predominância dos estudos eminentemente organizacionais da conversação.

Hoje, tende-se a observar outros aspectos envolvidos na atividade conversacional. Segundo J. J. Gumperz (1982), a AC deve preocupar-se sobretudo com a especificação dos conhecimentos lingüísticos, paralingüísticos e socioculturais que devem ser partilhados para que a interação seja bem-sucedida. Esta perspectiva ultrapassa a análise de estruturas e atinge os processos cooperativos presentes na atividade conversacional: o problema passa da *organização* para a *interpretação*.

Neste livro tentarei expor alguns dos resultados dessas duas perspectivas. Por um lado, é oferecida uma noção do tipo de atividade representada pela conversação e sua arquitetura geral, evidenciando-se que ela não é um fenômeno anárquico e aleatório, mas altamente organizado e por isso mesmo passível de ser estudado com rigor científico. Por outro, mostra-se como essa organização também é reflexo de um processo subjacente, desenvolvido, percebido e utilizado pelos participantes da atividade comunicativa, ou seja, as decisões interpretativas dos interlocutores decorrem de informações contextuais e semânticas mutuamente construídas ou inferidas de pressupostos cognitivos, étnicos e culturais, entre outros.

[1] Dos muitos exemplos utilizados para a análise, uma parte foi por mim coletada em situações e épocas diversas e será citada como *L. A. M: — Recife...*; alguns exemplos devem-se ao *corpus* do projeto *A linguagem da empregada doméstica no Recife*, coletado em 1978 e citado como *L. E. D. — Recife...*; boa parte deve-se ao *corpus* do *Projeto da norma urbana culta* (NURC), Recife, a cujo coordenador agradeço a cessão dos dados, citados como *NURC — Recife...*, ressalvando que as transcrições e análises são de minha responsabilidade; alguns dados são da mestranda em Lingüística, da UFPE, Kazue de Barros, citados como *KAZUE — Recife...*, a quem agradeço.

A rigor, a AC é uma tentativa de responder a questões do tipo: como é que as pessoas se entendem ao conversar? Como sabem que estão se entendendo? Como sabem que estão agindo coordenada e cooperativamente? Como usam seus conhecimentos lingüísticos e outros para criar condições adequadas à compreensão mútua? Como criam, desenvolvem e resolvem conflitos interacionais?

Quanto à característica metodológica básica, a AC procede pela *indução*: inexistem modelos *a priori*. Ela parte de dados empíricos em situações reais. Daí não considerar como adequados os materiais de "conversações" extraídas de obras literárias, filmes, peças de teatro ou novelas de TV, por mais fiéis que pareçam, já que estas sempre serão construções reproduzindo nossa intuição da fala real. Este primado do empírico dá à AC uma vocação naturalística com poucas análises quantitativas, prevalecendo ainda as descrições e interpretações qualitativas.

Contudo, embora se baseie em realizações singulares de conversações, a AC visa a asserções universais (numa dada língua) e pretende, a um só tempo, chegar a um sistema de regras "livres de contexto" e "sensíveis ao contexto". Assim, os mecanismos descritos pela AC para a conversação são formalmente propostos nas suas variáveis estruturais, mas sempre submetidos ao controle dos falantes em cada caso (cf. Streek, 1983).

Por sua vocação empirista, a AC distingue-se da Análise do Discurso e da Pragmática Filosófica (cf. Levinson, 1983, p. 286-94) em parte pela motivação histórica que a alimenta, de proveniência etnometodológica, etnográfica e sociológica. A *Etnometodologia*, fundada por Garfinkel no

início dos anos 60, é ligada à Sociologia da Comunicação e à Antropologia Cognitiva e se preocupa com as ações humanas diárias nas mais diversas culturas. Trata da constituição da realidade no mundo do dia-a-dia e investiga a forma de as pessoas se apropriarem do conhecimento social e das ações (daí o uso do radical *etno*); diz respeito à forma metódica de como os membros de uma sociedade aplicam aquele seu saber sociocultural (daí o radical *metodologia*). Com tal motivação, a AC estabeleceu desde o início sua preocupação básica com a vinculação situacional e, em conseqüência, com o caráter pragmático da conversação e de toda a atividade lingüística diária. Em outros termos, a vinculação contextual da ação e interação social faz com que toda atividade de fala seja vista ligada à realização local, mas de uma forma complexa, uma vez que a contextualidade é reflexiva e o contexto de agora é, em princípio, o emulador do contexto seguinte. Nesse processo, são os próprios interlocutores que fornecem ao analista as evidências das atividades por eles desenvolvidas. Em suma, este será o caminho seguido nas análises apresentadas neste livro.

Entre os muitos que se envolveram neste trabalho, agradeço aqui a Maria de Sá, Adair P. Palácio, Marígia Viana, Judith Hoffnagel, Heloisa Boxwell, Francisco Gomes de Matos, Dino Preti e Ataliba de Castilho pelas discussões e sugestões, bem como aos alunos do Mestrado em Letras e Lingüística da UFPE que me auxiliaram. Ao DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*) meu reconhecimento pela bolsa concedida em 1982, quando coletei material bibliográfico e mantive proveitosos contatos com D. Wunderlich e H. Mazeland, em Düsseldorf, e com H. Steger, J. Dittmann e B. Schwitalla, em Friburgo. A Beth, Marina e Rodrigo, pelo carinho, incentivo e paciência dedico este livro.

2

A transcrição de conversações

Já que a AC procede com base em material empírico reproduzindo conversações reais e considera detalhes não apenas verbais, mas entonacionais, paralingüísticos e outros, algumas informações adicionais, quando as houver, devem aparecer na transcrição, uma vez constatada sua relevância. Trata-se de uma questão complexa definir com clareza o que e quanto assinalar na superfície de uma conversação.

Não existe *a melhor* transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. De um modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados.

Suponhamos que alguém queira analisar a correlação entre o movimento do olhar, a mudança de tópico e o problema das trocas de turnos (cf. Goodwin, 1981). Neste caso deve ter símbolos muito claros para a marcação da posição do olho e do corpo, e aí só uma gravação em vídeo será favorável a esta transcrição.

O sistema sugerido é eminentemente ortográfico, seguindo a escrita-padrão, mas considerando a produção real. E aqui surgem os primeiros problemas a serem resolvidos pelo pesquisador e sua intuição de ouvido. Como grifar pa-

lavras pronunciadas de modo diferente do padrão? Alguns consensos: *né*, *pra*, *prum*, *comé*, *tava* etc., ou eliminação de morfemas finais: *qué*, *sô*, *vô* etc., ou truncamentos: *compr* (= comprou), *vam di* (= vamos dizer) etc.

Para o formato da conversação, é usual uma seqüenciação, com linhas não muito longas, para melhor visualização do conjunto. Importante indicar os falantes com siglas (iniciais do nome ou letras do alfabeto). Não convém cortar as palavras na passagem de uma linha para outra. É bom evitar as maiúsculas em início de turno.

Os sinais mais freqüentes e úteis para uma transcrição são os abaixo relacionados (baseio-me, aqui, nos autores citados ao longo deste livro):

1. *Falas simultâneas*: [[

Quando dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno, usam-se *colchetes duplos* no início do turno simultâneo:

...
B: mas eu não tive nem remorso né'
A: [[mas o que foi que houve"
J: [[meu irmão também fez uma dessas'
B: depois ele voltou e tudo bem,
...

2. *Sobreposição de vozes*: [

Quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno mas a partir de um certo ponto, marca-se, no local, com um *colchete simples* abrindo:

...
E: o desequilíbrio ecológico pode a
QUALQUER MOMENTO: (+) acabar com
a civilização [natural
T: [mas não pode ser/ o
mundo tá se preocupando com isso E./ (+)
o mundo tá evitando/.../

3. *Sobreposições localizadas*: [ ]

Quando a sobreposição ocorre num dado ponto do turno

e não forma novo turno, usa-se um *colchete abrindo e outro fechando*:

...
M: A. é o seguinte'[ ] eu queria era::
A: [im]
M: eh: dizer que ficou pronta [a cópia']
A: [ah sim]
M: ela fez essa noite (+)/.../

4. *Pausas*: (+) ou (2.5)

Pausas e silêncios são indicados entre *parênteses*: em pausas pequenas sugere-se usar um sinal + para cada 0.5 segundo; para as pausas além de mais de 1.5 segundo, cronometradas, indica-se o tempo. Ex.: (1.8), (2.5) etc. ... (Cf. os exemplos a seguir.)

5. *Dúvidas e suposições*: (   )

É comum não se entender uma parte da fala. Neste caso marca-se o local com parênteses, tendo-se duas opções: (a) indicá-los com a expressão "incompreensível" ou então (b) escrever neles o que se supõe ter ouvido:

...
A: /.../ por exemplo (+) a gente tava falando em
desajuste, (+) EU particularmente acho tudo na
vida relativo, (1.8) TUDO TUDO TUDO (++)
tem um que sã::o (+)/ tem pessoas
problemáticas porque tiveram muito amor
(é o caso do) (incompreensível) (+)
outras porque/.../

6. *Truncamentos bruscos*: /

Quando um falante corta uma unidade, pode-se marcar o fato com uma barra. Isto também pode ocorrer quando alguém é bruscamente cortado pelo parceiro:

...
L: vai tê que investi né"
C: é/ (+) agora tem uma

possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morá lá (+) e:le o dono/ ((rápido)) ela teve conversan comi/ agora ele já disse o seguinte (+)

. . .

7. *Ênfase ou acento forte*: MAIÚSCULA

Quando uma sílaba ou uma palavra é pronunciada com ênfase ou recebe acento mais forte que o habitual, indica-se o fato escrevendo a realização com maiúsculas (veja os exemplos de 2. e 5. acima).

8. *Alongamento de vogal*: ::

Quando ocorre um alongamento da vogal, coloca-se uma marca (*dois-pontos*) para indicá-lo. Os dois-pontos podem ser repetidos, a depender da duração:

. . .

A: co::mo"(+) e:::u"

9. *Comentários do analista*: (( ))

Para comentar algo que ocorre, usam-se *parênteses duplos* no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere. Pode-se colocá-los também entre um turno e outro.

Ex.: ((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tossindo)), ((fala nervosamente)), ((apresenta-se para falar)), ((gesticula pedindo a palavra)).

10. *Silabação*: - - - - -

Quando uma palavra é pronunciada silabadamente, usam-se hifens indicando a ocorrência.

11. *Sinais de entonação*:" ' ,

Usam-se:

aspas duplas — para uma subida rápida (corresponde mais ou menos ao ponto de interrogação);

aspa simples — para uma subida leve (algo assim como uma vírgula ou ponto-e-vírgula);

aspa simples abaixo da linha — para descida leve ou brusca.

Cf. exemplos dados anteriormente.

12. *Repetições*: reduplicação de letra ou sílaba

Para repetições, reduplica-se a parte repetida.

Ex.: e e e ele; ca ca cada um.

13. *Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção*

Basicamente usam-se reproduções de sons cuja grafia é muito discutida, mas alguns estão mais ou menos claros, como: *eh*, *ah*, *oh*, *ih*::, *mhm*, *ahã*, e vários outros.

14. *Indicação de transcrição parcial ou de eliminação*: . . . ou /. . ./

O uso de *reticências* no início e no final de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. *Reticências entre duas barras* indicam um corte na produção de alguém.

3

Características organizacionais da conversação

A conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora. Em suma, além de "matriz para a aquisição da linguagem", a conversação é o gênero básico da interação humana (Levinson, 1983, p. 284). Tais observações, além de sugerirem que a linguagem é de natureza essencialmente dialógica, realçam o princípio fundamental do caráter par da linguagem (Goffman, 1976, p. 257), ou seja, quando conversamos, normalmente o fazemos com perguntas e respostas, ou então com asserções e réplicas.

Se observarmos atentamente a interação da mãe com o nenê desde os primeiros dias de vida da criança, veremos que a mãe se dirige à criança dialogicamente, atribuindo-lhe turnos. Mas a mãe não só atribui turnos à criança, como também atribui (constrói) significados para os silêncios ou sons da criança, uma vez que põe conteúdos comunicativos naquelas manifestações.

Não é fundamental saber se a mãe está inferindo corretamente ou não; o fundamental é que a criança está aprendendo a interagir; está internalizando estilos entonacionais e prosódicos, e montando uma complexa matriz

de valores simbólicos. Inserida num aprendizado sistemático e culturalmente marcado, onde as atenções para as regras de uso se sobrepõem às meramente lingüísticas, ela está se introduzindo na atividade conversacional.

Estas observações servem apenas como preâmbulo à análise da organização elementar da conversação, onde encontramos cinco características básicas constitutivas:

(a) interação entre pelo menos dois falantes;

(b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;

(c) presença de uma seqüência de ações coordenadas;

(d) execução numa identidade temporal;

(e) envolvimento numa "interação centrada".

Tais características permitem-nos tomar a conversação como sendo uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum (cf. Dittmann, 1979, p. 2-11).

A interação face a face não é condição necessária para que haja uma conversação, como no caso das conversações telefônicas. Mas a interação centrada (Goffman) é condição necessária, pois o simples acompanhamento lingüístico de ações físicas não caracteriza uma conversação.

O fato de se exigir pelo menos dois falantes e pelo menos uma troca de turnos permite que se exclua o monólogo, o sermão, a conferência etc. das conversações.

De igual forma, a identidade temporal é necessária porque a conversação, mesmo que se dê em espaços diversos (no caso da conversação telefônica), deve ocorrer durante o mesmo tempo.

Iniciar uma interação significa, num primeiro momento, abrir-se para um evento cujas expectativas mútuas serão montadas. Em certos casos há alguém que inicia com um objetivo definido em questão de tema a tratar e então supõe que o outro esteja de acordo para o tratamento daquele tema, o que indica que além do tema em

mente ele tem também uma pressuposição básica, que é a aceitação do tema pelo outro. Iniciada a interação, os participantes devem agir com atenção tanto para o fato lingüístico como para os paralingüísticos, como os gestos, os olhares, os movimentos do corpo, e outros.

Para produzir e sustentar uma conversação, duas pessoas devem partilhar um mínimo de conhecimentos comuns. Entre eles estão a aptidão lingüística, o envolvimento cultural e o domínio de situações sociais. Daí serem críticas as conversações inter-étnicas, por exemplo (cf. Gumperz, 1982 e 1982a). Os esquemas comunicativos e a consecução de objetivos exigem partilhamentos e aptidões cognitivas que superam em muito o simples domínio da língua em si.

Seguindo proposta do lingüista alemão H. Steger (cf. Dittmann, 1979, p. 5-6), poderíamos lembrar que é possível distinguir dois tipos de diálogos, sendo apenas um deles, (b), propriamente uma conversação em sentido estrito:

(a) *diálogos assimétricos*: em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s). É o caso das entrevistas, dos inquéritos e da interação em sala de aula.

(b) *diálogos simétricos*: em que os vários participantes têm supostamente o mesmo direito à auto-escolha da palavra, do tema a tratar e de decidir sobre seu tempo. As conversações diárias e naturais são o protótipo dessa modalidade.

Não obstante a afirmação de *simetria de papéis* e direitos em (b), sabemos que isto é pouco verdadeiro, pois a diferença de condições socioeconômicas e culturais ou de poder entre os indivíduos deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo. A própria construção e negociação de identidades na interação bem como a apropriação da palavra ficam afetadas por essas condições.

4
Organização de turno a turno

Uma vez definidas as características da conversação, podemos partir para o sistema básico de sua operação. Um dado é certo: toda conversação é sempre situada em alguma circunstância ou contexto em que os participantes estão engajados. Mas não é necessário investigar sempre todas as particularidades de tais situações para analisar a conversação. Caso isso fosse necessário, seria impraticável montar um sistema mínimo de operação.

Inevitável, portanto, a suposição de que a conversação tem uma série de elementos abstratos (formais) apropriados e um grande potencial de particularização local. Partindo desse pressuposto, H. Sacks, E. E. Schegloff e G. Jefferson (1974) — doravante S/S/J (1974) — montaram um modelo elementar para a conversação, baseados no sistema da *tomada de turno*.

Considerando a universalidade empírica da regra "*fala um de cada vez*" e algumas técnicas para sua operação, S/S/J (1974) sugeriram um sistema válido para interações espontâneas, informais, casuais, sem hierarquia de falantes, que é a um só tempo *livre de contexto* e mantém extraordinária *sensibilidade contextual*. Assim, para qualquer conversação, é de esperar que apresente o seguinte:

(a) a troca de falantes recorre ou pelo menos ocorre;
(b) em qualquer turno, fala um de cada vez;
(c) ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
(d) transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição são comuns; longas pausas e sobreposições extensas são a minoria;
(e) a ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
(f) o tamanho do turno não é fixo, mas variável;
(g) a extensão da conversação não é fixa nem previamente especificada;
(h) o que cada falante dirá não é fixo nem previamente especificado;
(i) a distribuição dos turnos não é fixa;
(j) o número de participantes é variável;
(l) a fala pode ser contínua ou descontínua;
(m) são usadas técnicas de atribuição de turnos;
(n) são empregadas diversas unidades construidoras de turno: lexema, sintagma, sentença etc.;
(o) certos mecanismos de reparação resolvem falhas ou violações nas tomadas.

Este conjunto de propriedades transforma a *tomada de turno* numa operação básica da conversação, e o *turno* passa a ser um dos componentes centrais do modelo. Contudo o turno não é tomado aqui como *a* unidade conversacional por excelência.

A conclusão de um turno pode dar-se a qualquer momento em que ocorra um *lugar relevante para a transição*. Com isso, o turno pode ser tido como aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio. Difícil, contudo, definir com precisão quando se constitui ou não um turno. Neste livro tomo o caso das sobreposições localizadas como produção *durante* o turno do falante corrente, de modo que elas não caracterizam mudança de turno.

O mais difícil não é definir quando há ou não uma mudança de turno, e sim saber o que determina essa mudança e qual é o momento propício para ela ocorrer. A mudança de turno nem sempre coocorre com a conclusão de uma sentença, pois é comum deixarmos nosso interlocutor de "boca aberta". Vejamos um pouco mais sobre a questão.

Fala um por vez

A regra geral básica da conversação é: *fala um de cada vez*. Pois, na medida em que nem todos falam ao mesmo tempo (em geral um espera o outro concluir) e um só não fala o tempo todo (os falantes se alternam), é sugestivo imaginar a distribuição de turnos entre os falantes como um fator disciplinador da atividade conversacional. Com isso, a *tomada de turno* pode ser vista como um mecanismo-chave para a organização estrutural da conversação, para a qual podemos imaginar o seguinte roteiro:

A: fala e pára;
B: toma a palavra, fala e pára;
A: retoma a palavra, fala e pára;
B: volta a falar e pára;
...

O esquema aí sugerido apresenta uma distribuição linear e seqüenciada de falantes do tipo A-B-A-B. Contudo essa regra é violada com relativa constância. Por outro lado, temos momentos de pausas e hesitações que tomam a forma de lacunas ou breves interrupções.

Seja como for, a regra básica é válida para a maioria das línguas, culturas e situações. Tanto assim que é comum ouvir-se: "fale um por vez, que ninguém se entende", "espere sua vez" etc. Além de revelarem que há normas tácitas aceitas por todos para a conversação, essas expressões

também funcionam como marcas metalingüísticas organizadoras da atividade de fala.

Quem tem a palavra e quando

Observando com certa atenção as características do sistema S/S/J (1974), notamos que todas elas, direta ou indiretamente, têm a ver com as estratégias de organização dos turnos. Assim, admitindo o turno como uma das unidades centrais da organização conversacional, a *tomada de turno*, por caracterizar a passagem de um turno a outro, adquire papel importante. Tudo indica que a tomada de turno não se dá caoticamente, mas obedece a um mecanismo, que se explicita em algumas técnicas e regras.

Convém notar que o mecanismo que governa a tomada de turno é um *sistema localmente comandado*, tendo assim um caráter visceralmente contextual e não automatizado.

Resumidamente, segundo S/S/J (1974), as técnicas e regras desse mecanismo são:

Técnica I — *O falante corrente escolhe o próximo falante, e este toma a palavra iniciando o próximo turno;*

Técnica II — *O falante corrente pára e o próximo falante obtém o turno pela auto-escolha.*

As duas regras básicas para a operação dessas técnicas são:

Regra 1 — Para cada turno, a primeira troca de falante pode ocorrer se:

(1a): o falante corrente, *C*, escolhe o próximo falante, *P*, pela Técnica I;

(1b): o falante corrente, *C*, não usa a Técnica I de escolher o próximo, *P*, então qualquer participante da conversação pode — mas não necessariamente — auto-escolher-se como o próximo pela Técnica II;

(1c): o falante corrente, *C*, não escolhe o próximo, *P*, e nenhum outro falante se auto-escolhe, então o falante corrente, *C*, pode (mas não obrigatoriamente) prosseguir falando.

Regra 2 — Se no primeiro lugar relevante para a troca de turno não ocorre nem (1a) nem (1b) e se dá (1c), em que o falante corrente, *C*, prossegue, então as Regras (1a), (1b) e (1c) reaplicam-se no próximo primeiro lugar relevante para a transição, e, se esta não ocorrer, assim se procederá, recursivamente, até que se opere a transição.

Não é necessária muita perspicácia para constatar que, no Brasil pelo menos, as regras acima são sobejamente desrespeitadas. O modelo aqui apresentado foi elaborado com base na cultura norte-americana. Por isso mesmo não parece ser apenas uma questão de disciplina o desrespeito dos brasileiros: o mais provável é que por trás disso esteja um outro modelo cultural.

Seja como for, o sistema não é de todo inútil. Serve de orientação para analisar como ocorre empiricamente a conversação. A aplicação da Regra (1a), por exemplo, se dá com pouca freqüência nas conversações espontâneas e informais; sua alta freqüência indica um forte componente formal, considerando-se aqui *formal* e *informal* como extremos de uma escala contínua. Por prever a possibilidade da *múltipla auto-escolha*, a Regra (1b) exigirá mecanismos disciplinadores adicionais. A aplicação da Regra (1c) pode levar a silêncios, e sua alta freqüência numa conversação pode ser um indicador de que a interação propriamente dita é mais importante do que o tema em pauta. Se com a *Regra 1* o sistema estabelece a base para

. . .

P : e agora como é que vou terminar isso"
A1: cinco sexto
P : como cinco sexto"
A2: [[quinze dividido por
As: [[(incompreensível) ((muitos falando ao mesmo tempo))
P : olha/ peraí peraí não fala todos ao mesmo tempo ninguém consegue entender/ um de cada vez/ não é possível'
/. . ./

A professora repara a situação invocando normas que regem a boa condução do evento em curso.

Como K. de Barros (em prep.) mostra em suas análises da interação na escola, além deste tipo de reparação existem outros, entre os quais até mesmo a negociação das próprias regras ou ainda a ignorância delas como recurso didático para "animar" e obter colaboração.

(b) *parada prematura de um falante*: um dos dois falantes que iniciaram o turno ao mesmo tempo desiste em favor do outro; é o caso a seguir:

(2) *L. A. M. — Recife — 1984*
(*Contexto*: três colegas discutiam quem assumiria a coordenação de uma atividade importante para o grupo.)

. . .

B: então vocês acham que e:u: (+) que eu devia assumi"
J: [[claro (+) óbvio (+) claro
T: [[eu acho que::
J: a-li-ás (+) isso já foi discutido

. . .

É de supor que foi a incisividade de J. na resposta o que levou T. a parar e adiar sua posição para logo depois.

(c) *marcadores paralingüísticos*: são recursos como um olhar incisivo, um movimento com a mão ou outro sinal. Veja-se o seguinte caso na escola:

(3) *KAZUE — Recife — 1984 — I*
(*Contexto*: durante uma aula de ciências, na hora das perguntas.)

. . .

P: vocês acham que a circulação poderia se processar normalmente"
L: [[NÃO
J: [[NÃO
P: não (+) porque/ por que G."
G: [[porque o sangue/
J: [[porque porque ((segurando e balançando o braço de G.)) sem o coração/. . ./

. . .

J. insiste em manter o turno que fora atribuído a G. pela professora, usando o recurso de segurar o outro pelo braço.

Metodologicamente, fizemos uma distinção entre *fala simultânea* (dois turnos superpostos) e *sobreposição de vozes* (a fala durante o turno do outro). A sobreposição de vozes tem várias formas de se dar. Uma delas, a mais comum, é a que ocorre nos casos em que o ouvinte concorda, discorda, endossa etc. o falante com pequenas produções, como "sim", "tá bom", "é", "ahã", "claro" etc. (cujas funções serão vistas no capítulo 7). Veja-se o exemplo a seguir:

(4) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: dois colegas falando ao telefone para combinar sobre a viagem de A a S.P.)

...

M: A. é o seguinte' eu queria era::
A: sim
M: eh: dizer que ficou pronta [a cópia '
A: [ah sim
M: ela fez essa [noite (+)
A: [pois não
M: então eu queria combinar/.../

Na verdade, temos aí *um turno* em andamento, permeado pelas reações do ouvinte, que vai monitorando seu parceiro.

Um outro tipo de sobreposição é o que ocorre quando duas pessoas projetam o final de cláusula ou o final de turno simultaneamente.

(5) *NURC — Recife — Inq. 5*

(*Contexto*: duas pessoas discutindo sobre meios de comunicação.)

...

A: /.../ nós falamos ainda agora (+) aí (+) de:: de de de Gabriel García Márquez [(++)
B: [mhm
A: Gabriel García Márquez tem Cem anos de solidão que é uma obra EX[TRAORDINÁRIA (+)
B: [TRAORDINÁRIA
A: uma maravilha em matéria de/.../

Um dos casos comuns de sobreposição de vozes é o que se dá na passagem de um turno a outro. Às vezes trata-se de uma projeção falha de conclusão de turno, como no caso de perguntas retóricas ou pausas de entonação ou alguma hesitação.

Pausas, silêncios e hesitações

Assim como a tomada de turno e as falas simultâneas ou sobrepostas, também as *pausas*, os *silêncios* e as *hesitações* são organizadores locais importantes, podendo configurar lugares relevantes para a transição de um turno a outro.

Uma hesitação, por exemplo, pode ser um convite à tomada de turno, e, por vezes, o ouvinte chega mesmo a concluir o turno do falante numa espécie de co-autoria. Veja-se o caso a seguir:

(6) *NURC — Recife — Inq. 53*

(*Contexto*: M. e R. vinham falando sobre as dificuldades de se fazer compras no comércio do Recife.)

...

M: de maneira que a gente tem que corrê mesmo pra::
R: pegá abertinho [tem] que sair
M: [é]
R: na maior carreira/.../

Em geral as hesitações (ou pausas preenchidas) servem como momentos de organização e planejamento interno do turno e dão tempo ao falante de se preparar. São muitas as formas de se manifestarem, mas geralmente são reduplicações de artigos, de conjunções ou mesmo de sons não lexicalizados, como "ah ah ah" ou "ah:: eh::" e outros. Às vezes funcionam para o ouvinte como um pedido de socorro.

As pausas podem ser vistas em seus diferentes tipos, de acordo com sua posição estrutural (Levinson, 1983, p. 326), como se verá no capítulo 7. Assim, se observa que um silêncio após uma pergunta pode ser sentido não como pausa, mas como um prefácio de uma despreferência. O falante corrente pode inclusive retornar à palavra e inferir

uma resposta negativa de seu parceiro, o que revela que tomou aquilo como um turno. É o caso de:

(7) *L. A. M. — Recife — 1984*

(*Contexto*: I. e N. falavam a propósito de uma discussão que N. tivera com outras pessoas.)

...

I: por que que você não disse pra ele que você era contra"
N: (3.0) ((permanece de cara fechada))
I: então tu é a favor é"
N: ((dando uma banana)) tá aqui a favor,
I: então tu tava com medo é"

...

Esta é uma mostra significativa de como os falantes se interpretam e de como analisam as próprias contribuições.

Ao lado de outras funções, a pausa também pode ter um efeito retórico, acompanhando perguntas que não exigem resposta. Ou então como num caso na escola, em que o silêncio após uma pergunta do professor pode ser tomado como *desconhecimento da resposta*. Tanto neste caso como em outros pode ocorrer a reduplicação da pergunta.

Reparações e correções

Ao escrevermos, dispomos de mais tempo que na conversação. Podemos voltar atrás corrigindo os equívocos, eliminando passagens supérfluas, refazendo o estilo e polindo o texto. O leitor só recebe a versão final. Na conversação o tempo é real, e tudo o que se fizer é definitivo. Nesse processo, são muito usados os recursos da correção. Corrigimos a nós mesmos ou aos parceiros, fazendo reparos sintáticos, lexicais, fonéticos, semânticos ou pragmáticos. A esse processo convencionou-se chamar de *mecanismo de*

correção; ele funciona também como *processo de edição* ou *auto-edição* conversacional e contribui para organizar a conversação localmente.

De acordo com o estudo mais conhecido a respeito das correções, realizado por E. E. Schegloff, G. Jefferson e H. Sacks (1977) — doravante S/J/S (1977) —, podemos estabelecer a seguinte tipologia geral para o mecanismo da correção:

(a) *autocorreção auto-iniciada*: é a correção feita pelo próprio falante logo após a falha;

(b) *autocorreção iniciada pelo outro*: é a correção feita pelo falante, mas estimulada pelo seu parceiro ou por outro;

(c) *correção pelo outro e auto-iniciada*: o falante inicia a correção, mas quem a faz é o parceiro;

(d) *correção pelo outro e iniciada pelo outro*: o falante comete a falha e quem a corrige é o parceiro.

Veja-se o seguinte caso de correções mútuas:

(8) *NURC — Recife — Inq. 5*

(*Contexto*: A e B discutem sobre literatura, música e meios de comunicação. Discordam sobre música popular.)

...

A:	agora (+) tornou-se atitude das	1
	pessoas cultas gostarem de Roberto	2
	Carlos (+) [as pessoas cultas] dizem	3
B:	[mas ele é bom E.]	4
A:	que Roberto Carlos é bom [(+) en] tendeu"	5
B:	[é bom]	6
A:	é RUIM é PÉSSIMO é PÉSSIMO [	7
B:	Roberto eu curto (+) Buarque é] bom	8
	Caetano é ÓTIMO'	9
A:	é PÉSSIMO'	10

B: CAETANO" 11
A: não 12
(+) Caetano é médio 13
B: Caetano é [ÓTIMO] 14
A: [Caetano] 15
é médio (1.5) bom é Chico (+)
Chico é bom 16

Note-se aí o caso curioso em que A defende a tese de que Roberto Carlos é péssimo e B acha que ele é bom, sendo que isto gera uma turbulência entre os turnos das linhas 9 e 11 justamente porque B afirmara em 9 que Caetano era ótimo, mas A continuava qualificando Roberto Carlos, o que provocou aquela correção com a indagação "Caetano?", e uma resposta na 12, "não", e a posição pessoal em 13, "Caetano é médio". Uma coisa é discordar, como ocorre nos casos entre as linhas 3 e 8; diverso é o mal-entendido, como nas linhas 9, 10 e 11. No caso acima, não temos nenhum dos tipos de correção indicados de (a) a (d), mas uma ocorrência de reparação de turnos, uma vez que as sobreposições embaralharam os referenciais.

O tipo (a) de correção é nítido no seguinte exemplo, onde o falante se autocorrige sob o ponto de vista lexical e semântico:

(9) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: 4 pessoas conversavam e B. contava um caso de proeza do filho de 8 anos.)

B: /.../ aí então ontem (+) ele convidou um bando de menino lá do prédio uns cinco ou seis (++) prá í lá vê o dito mas só podia í quem comesse pimenta ((ri com os outros)) (1.5) que lá no prédio tem uma plantação de pimenta/ é uma plantinha né/ uma plantação não/ uma plantinha de pimenta (+) lá vão tudo lá que/.../

É muito comum o uso do marcador *não* para refazer algum aspecto do dito, seja lexical ou semântico: "é uma plantinha né/ uma plantação não".

Uma das conseqüências da correção é que ela modifica a estrutura da frase truncando-a, criando redundâncias, repetições, encaixamentos etc. O fato, porém, não é aleatório nem caótico, mas ordenado, podendo ser descrito e explicado (cf. Schegloff, 1979).

Quanto à *posição das correções*, temos as seguintes possibilidades (cf. S/J/S, 1977, p. 366-7):

(a) *autocorreções auto-iniciadas*:

1) o mais comum é que ocorram no mesmo turno em que aparecem; geralmente ocorrem na mesma sentença em que surge a falha, mas podem estar na seguinte;
2) ocorrem também no lugar de transição do turno, logo antes da troca;
3) ocorrem às vezes no terceiro turno, após o parceiro ter falado;

(b) *autocorreções iniciadas pelo outro*: realizam-se geralmente no terceiro turno, ou seja, na retomada da palavra pelo falante que cometeu a falha;

(c) *correções pelo outro e iniciadas pelo outro*: realizam-se no turno subseqüente ao turno em que ocorreu a falha.

Se fôssemos estabelecer uma *ordem de preferência*, tal como propõem S/J/S (1977), teríamos o seguinte:

(a) a preferência maior é pela autocorreção auto-iniciada; é a de maior freqüência;
(b) a segunda preferência é para a autocorreção iniciada pelo outro;
(c) em terceiro lugar e menos freqüente é a correção feita e iniciada pelo outro.

Uma hipótese explicativa da preferência pela autocorreção auto-iniciada e realizada no interior do turno em que a falha aparece seria a seguinte: já que a conversação se dá como um encadeamento de seqüências, a correção que não for feita na primeira posição possível tende a não ser retomada. Pois é comum que o ouvinte, ao tomar a palavra, renuncie à correção do que o precedeu (Schegloff, 1979, p. 267-8).

Streek (1983, p. 87) observa que existe uma *motivação estrutural* ou pressão estrutural para que o falante faça a autocorreção no interior do mesmo turno e na mesma sentença em que a falha ocorre. Pois é possível que no final da sentença ele perca a palavra e não tenha a chance de se autocorrigir. Talvez seja este um dos motivos de muitas sentenças na conversação serem truncadas, já que se prefere sacrificá-las a perder a oportunidade de reparar um equívoco. Em conseqüência passa a haver uma estreita relação entre o mecanismo de autocorreção e o da troca de turno. E, como observam S/J/S (1977, p. 373), a correção tende a comportar-se dentro do regime dual e não mais do que de turno a turno.

Isso dá a medida do "espaço de oportunidade para a iniciação da reparação" (S/J/S, 1977, p. 375), ou seja, a correção auto-iniciada ocorre no mesmo turno, e a iniciada pelo outro, no âmbito de três turnos, contando o turno fonte da falha. Daí a relevância das correções para a sintaxe da conversação.

Algumas das técnicas para iniciação das correções, segundo S/J/S (1977, p. 367-76), são as seguintes:

(a) correções auto-iniciadas feitas no mesmo turno da falha usam uma variedade de elementos não-lexicais, como sons guturais "ah", "mm", ou "ei", ou "não" e micropausas;

(b) correções iniciadas pelo outro servem-se de certos dispositivos de construção de turno, como "o quê?", "hein?", "como", ou expressões do tipo "desculpe", "por favor", "não ouvi", "onde?", "qual?", "repita". Aqui o formato básico é de ordem lexical e tende a localizar a falha;

(c) é comum que nas correções iniciadas pelo outro se verifique repetição de parte do item que causou a perturbação, como "tudo o quê?", "sempre o quê?" etc.;

(d) é freqüente o uso de expressões como "você quer dizer...", que representam uma incerteza na identificação correta da perturbação e funcionam como checagem.

Já vimos que a correção pode afetar a forma e a ordem dos constituintes da frase, o que torna a correção potencialmente relevante para explicar fenômenos sintáticos (cf. Schegloff, 1979, p. 262 et seq.). Alguns dos processos lingüísticos que ocorrem são os seguintes:

(a) a substituição de um item lexical pelo outro se dá, em geral, dentro da mesma classe, a menos que a correção não seja lexical e sim de conteúdo;

(b) a correção tende a expandir o sintagma em que aparece;

(c) uma correção pode transformar uma frase em outra, truncando a primeira, mas montando um conjunto encaixado;

(d) uma reparação feita noutra sentença que não a fonte da falha tende a acelerar o ritmo e a mudar a curva entonacional desta outra;

(e) as correções se dão mais no início de uma unidade temática (frase conversacional) do que no final dela. Quanto a isto, algumas observações estão no capítulo 7.

5

Organização de seqüências

Até aqui observamos alguns aspectos da organização local da conversação. Existem, no entanto, organizadores que exorbitam o âmbito do turno e se estendem ao nível da seqüência. Neste momento vão nos interessar apenas as seqüências mínimas, que se dão na extensão de dois ou três turnos e podem aparecer em qualquer lugar da conversação.

No próximo capítulo serão vistos outros tipos de organizadores, designados "organizadores globais", que providenciam a marcação de seções conversacionais, tais como aberturas e fechamentos, entre outros.

Pares conversacionais: características e organização

A conversação consiste normalmente numa série de turnos alternados, que compõem seqüências em movimentos coordenados e cooperativos. Entre essas seqüências existem algumas altamente padronizadas quanto à sua estruturação. Devido à contigüidade e ao tipo de relações,

tais seqüências são chamadas de *pares adjacentes*, termo introduzido por Schegloff (1972).

Par adjacente (ou par conversacional) é uma seqüência de dois turnos que coocorrem e servem para a organização local da conversação. Muitas vezes eles representam uma coocorrência obrigatória, dificilmente adiável ou cancelável, como no caso dos cumprimentos:

A: oi Vera
V: oi Ana

sendo inadequado introduzir algo entre um turno e outro neste caso.

Como exemplos de pares conversacionais podemos citar, entre outros:

- pergunta-resposta
- ordem-execução
- convite-aceitação/recusa
- cumprimento-cumprimento
- xingamento-defesa/revide
- acusação-defesa/justificativa
- pedido de desculpa-perdão

Algumas das características fundamentais desses pares foram apontadas por Schegloff e Sacks (1973, p. 295 et seq.) e podem ser assim resumidas:

(a) extensão de dois turnos;
(b) posição adjacente;
(c) produção sucessiva por falantes diversos;
(d) ordenação com seqüência predeterminada;
(e) composição de uma primeira e de uma segunda parte;
(f) a primeira parte seleciona o próximo falante e determina sua ação;
(g) a primeira parte coloca o ponto relevante para a transição de turno.

As características de (a) a (e) são de natureza estrutural e, se formuladas no imperativo, poderiam configurar egras ou máximas de formação dos pares. Mas nunca

seriam do tipo das regras sintáticas da língua, pois são apenas *regulativas* no sentido que Searle dá a este termo. Isto é o que as características (f) e (g) sugerem na medida em que revelam que há uma preferência de ordem *esperada* (f) e uma transição *provável* (g), mas tanto uma como outra não são impositivas. Na verdade são regularidades que põem as condições de produção, sem, contudo, ignorar as condições de recepção. Controlam o encadeamento de ações.

Sob o aspecto semântico-pragmático (Dittmann, 1979, p. 10), os pares podem ser tomados como indícios da existência de compreensão ou pelo menos de uma compreensão *existente*, na medida em que a segunda parte do par só pode ser produzida se a primeira parte foi, de alguma forma, entendida. Assim, seja qual for a natureza significativa da segunda parte do par, ela é um indicador de como os falantes analisam suas contribuições.

Dependendo da natureza da segunda parte de um par, quem colocou a primeira pode estar se reservando o direito de voltar no próximo turno. Portanto: quem faz uma pergunta, por exemplo, escolhe o próximo falante; submete-o a uma resposta e se escolhe como o mais provável candidato ao próximo turno. Tais propriedades dos pares indicam que há um certa ordem a observar: daí servirem os pares tanto de organizadores como de mecanismos de seleção de falantes e proponentes de tema. Em essência, isto pode ser resumido na expressão "*relevância condicional*", de Schegloff (1972, p. 364). A relevância condicional de um item sobre o outro diz que, dada a primeira parte, uma segunda é esperável; se esta ocorrer, é vista como a segunda em relação à primeira.

Os pares conversacionais trazem uma importante conseqüência metodológica para a AC. Indicam que não é a simples ação lingüística, mas tão-somente a seqüência de atividades que se presta como unidade para análise (cf. Streek, 1983, p. 91). Em outros termos, o ato de fala não é a unidade mais adequada para a análise dos mecanismos conversacionais, pois é sua localização na atividade geral que decidirá sua função. Trata-se de uma sintaxe sociocultural e não lingüística; daí o caráter de *estrutura normativa* (Coulthard, 1977, p. 73) dos pares adjacentes, cujas regras não podem ser formuladas como as regras sintáticas da língua (Levinson, 1983, p. 304).

Perguntas e respostas

Uma das seqüências conversacionais mais comuns é a representada pelo par *pergunta-resposta* (P-R). Ele exibe várias formas de realização; a P pode ser na forma interrogativa direta, muito comum, ou na indireta, como:

— quem sabe você me diz onde ele está

Por outro lado, também a R pode ser na forma interrogativa, como:

A: ficou satisfeita"

B: que acha" ((num largo sorriso))

Mas a interrogativa nem sempre é uma P, como nos casos:

— não comeu que chega hoje" ((equivalendo a uma *ordem*: pare de comer))

— vamos almoçar junto" ((equivalendo a um *convite*))

— ainda não percebeu a cara dele" ((equivalendo a uma *exortação*))

Em geral, na literatura sobre as P-R distinguem-se dois grandes tipos de P (cf. Stubbs, 1983, p. 105-46): (a) do tipo sim-não e (b) sobre algo. Também é comum referir-se a elas como P fechadas *versus* P abertas. Uma das características das P abertas ou informativas é realizarem-se com algum marcador do tipo: quem?, qual?, como?, onde?, quando? etc. As P tipo sim-não podem restringir as alternativas de R, mas não impedem R com

variações notáveis. A preferência é pelas R elípticas, e, no geral, não com um sim, no caso das R afirmativas, mas repetindo o verbo ou algum elemento central qualquer, como:

A: vai ao cinema hoje"

B: vô/

ou:

A: já viu o novo vestido da J."

B: já/

Como se nota, há uma tendência a formas ecóicas na R breve e positiva. Normalmente não se responde com um *sim* a esse tipo de P, ao contrário do que ocorre em outras línguas. Quanto ao uso do sim, observe-se o seguinte caso, que é paradigmático para muitas ocorrências:

(10) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: A. queria saber de um aluno, V., sobre seus interesses intelectuais.)

...

A: o que é que no momento lhe atrai sobremaneira nesta área"

V: sim (+) o que está despertando muito minha atenção/.../

Aquele *sim* seguido de micropausa não é uma R à P, mas um *sinal de disposição* para a R.

Formulação de P com a negativa pode indicar um traço de polidez em certos casos:

A: você não teria uma nota menor/ talvez cinco mil"

B: não

permitindo uma resposta seca, pois não há uma expectativa definida.

Nas ofertas e convites é muito comum colocar-se uma negação, sobretudo para facilitar a R quando se espera uma R negativa:

A: você não quer mais um pedaço"

Interessante é notar a diferença de uma P com um modalizador ou sem ele. Com modalizador, a P é sentida com uma preferência negativa esperada:

— você por acaso já escreveu a carta"

Uma tal pergunta implica a expectativa da não-realização do ato. Note-se que a forma seguinte é bem mais neutra:

— você escreveu a carta"

Outro dado importante é que uma P com negação implica interpretações diversas para a mesma R. É o caso de (a) e (b) abaixo:

(a) A: então ele não vem hoje"

B: é ((que equivale a *não*))

(b) A: então ele vem hoje"

B: é ((que equivale a *sim*))

O interessante é que de um certo modo sentimos a formulação (a) como uma *afirmativa* e não propriamente como uma indagativa. Isso talvez explique a relativa dificuldade de operar com negações em construções interrogativas.

Uma das características das R a P abertas é serem *marcadas* por uma breve introdução. Caso típico é este:

(11) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: duas colegas, A. e M., falando sobre o problema de uma aluna.)

...

A: como é que você vai resolvê aquele caso de ontem"

M: olha (+) a coisa tá complicada (+) parece que o processo anda confuso/.../

No turno de M. aparece um marcador de adiamento da resposta e uma avaliação da situação com uma colocação que indica o rumo da resposta. Na terminologia de Sinclair e Coulthard (1975) temos aí um turno em três movimentos.

Observe-se o caso a seguir, que reproduz uma parte da interação entre uma empregada doméstica e uma pes-

variações notáveis. A preferência é pelas R elípticas, e, no geral, não com um sim, no caso das R afirmativas, mas repetindo o verbo ou algum elemento central qualquer, como:

A: vai ao cinema hoje"
B: vô/

ou:

A: já viu o novo vestido da J."
B: já/

Como se nota, há uma tendência a formas ecóicas na R breve e positiva. Normalmente não se responde com um *sim* a esse tipo de P, ao contrário do que ocorre em outras línguas. Quanto ao uso do sim, observe-se o seguinte caso, que é paradigmático para muitas ocorrências:

(10) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: A. queria saber de um aluno, V., sobre seus interesses intelectuais.)

...

A: o que é que no momento lhe atrai sobremaneira nesta área"
V: sim (+) o que está despertando muito minha atenção/.../

Aquele *sim* seguido de micropausa não é uma R à P, mas um *sinal de disposição* para a R.

Formulação de P com a negativa pode indicar um traço de polidez em certos casos:

A: você não teria uma nota menor/ talvez cinco mil"
B: não

permitindo uma resposta seca, pois não há uma expectativa definida.

Nas ofertas e convites é muito comum colocar-se uma negação, sobretudo para facilitar a R quando se espera uma R negativa:

A: você não quer mais um pedaço"

Interessante é notar a diferença de uma P com um modalizador ou sem ele. Com modalizador, a P é sentida com uma preferência negativa esperada:

— você por acaso já escreveu a carta"

Uma tal pergunta implica a expectativa da não-realização do ato. Note-se que a forma seguinte é bem mais neutra:

— você escreveu a carta"

Outro dado importante é que uma P com negação implica interpretações diversas para a mesma R. É o caso de (a) e (b) abaixo:

(a) A: então ele não vem hoje"
B: é ((que equivale a *não*))

(b) A: então ele vem hoje"
B: é ((que equivale a *sim*))

O interessante é que de um certo modo sentimos a formulação (a) como uma *afirmativa* e não propriamente como uma indagativa. Isso talvez explique a relativa dificuldade de operar com negações em construções interrogativas.

Uma das características das R a P abertas é serem *marcadas* por uma breve introdução. Caso típico é este:

(11) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: duas colegas, A. e M., falando sobre o problema de uma aluna.)

...

A: como é que você vai resolvê aquele caso de ontem"
M: olha (+) a coisa tá complicada (+) parece que o processo anda confuso/.../

No turno de M. aparece um marcador de adiamento da resposta e uma avaliação da situação com uma colocação que indica o rumo da resposta. Na terminologia de Sinclair e Coulthard (1975) temos aí um turno em três movimentos.

Observe-se o caso a seguir, que reproduz uma parte da interação entre uma empregada doméstica e uma pes-

quisadora. Os turnos pares são sempre delimitados por arremates (*follow up*), indicando dificuldade na progressão temática ou progressão um tanto artificial.

(12) *L. E. D. — Recife — 1978 — 5*

(*Contexto*: primeiros momentos da interação entre a universitária, L., entrevistando a doméstica, R.)

...

T1 L: que que a senhora faz aqui"
T2 R: (+) qué dizê (+) realmente (+) faço/ faço todo serviço geral né (+) faço cozinha (+) faço cozinha (+) arrumo né (+) e sirvo a mesa (+) também lavo a roupa das criança ⌈sabe'
T3 L: ⌊sei (+) ah:: só a roupa das crian⌈ças"
T4 R: ⌊é (+) das crianças,
T5 L: sei (+) então a senhora cuida de crianças"
T6 R: é (+) qué dizê/ os menino que tem aqui são mocinho mas (+)⌈né
T7 L: ⌊ah é não são mais né ((R. ri))
T8 R: não são mais criança ((L. e R. riem juntas))
T9 L: que idade têm"
T10 R: têm já 15 anos/ ela vai fazê 15 e ela vai fazê 12
T11 L: é né
T12 R: é

O T2 inicia com uma pausa breve, um marcador seguido de micropausa e outro marcador modal, para então prosseguir com reduplicações, pausas e oscilações. Este tipo de produção verbal pode tanto indicar a consciência da diferença de identidade que está sendo construída como também a obviedade do tipo de tarefas que cabem a uma doméstica. T3, que poderia ter sido uma nova P para saber se a doméstica não lavava as demais roupas, foi entendida como uma confirmação do final do T2, de modo que T4 funcionou como uma saída de tópico. T5 inicia um novo tópico dentro do tema, não sem que L. marque sua perplexidade com um sinal e uma micropausa: sei (+). T6, mais do que uma resposta, é uma especificação de como o termo criança estava sendo tomado, o que leva T7 e T8 a serem uma auto-revisão de ambas. T9 e T10 são uma tentativa final de permanecer no tema, mas este recebe uma saída definitiva em T11 e T12.

Quanto à natureza das perguntas, o caso abaixo é paradigmático de uma estratégia muito comum:

(13) *NURC — Recife — Inq. 20*

(*Contexto*: duas colegas de trabalho, A. e L., falando sobre os costumes e a moral.)

...

A: ó L. (+) agora mudando um pouquinho (+) você acha que hoje em dia (+) as mu as moças as mulheres/ as novas em tudo/ geralmente os filhos eh: na ocasião do parto (++) é feito cesariana (++) você acha que isso é:: conseqüência da evolução" (+) o::u vamos dizê das mulheres serem menos corajosas"

Em (13) temos a seguinte organização: estabelecimento de um maior contato com o chamamento do nome seguido de uma micropausa; marcador de mudança de tópico; marcador de pergunta "você acha que"; organização do quadro tópico para a pergunta; repetição do marcador de pergunta; enunciação da pergunta elipticamente, supondo o quadro montado anteriormente.

A reduplicação do marcador de pergunta é comum e pode vir acompanhada de mais uma especificação quando a resposta for marcada com alguma hesitação inicial:

(14) *NURC — Recife — Inq. 20*

(*Contexto*: o mesmo que em (13).)

...

A: você acha que:: um casal branco (por exemplo) (+) adotasse uma criança de cor (+) você acha que:: é: conveniente"
(1.5)

L: bom (+) a [gente

A: [se você tivesse (um casal) de cor consigo"

L: claro (+) o casal branco/.../

Ao lado dessas organizações temos a seguinte, muito usual, com a estratégia de adiantar o núcleo do tópico, deslocando-o para o início e repetindo-o preferencialmente no final:

(15) *NURC — Recife — Inq. 20*

(*Contexto*: o mesmo que em (13).)

...

A: e cozinha" (+) você gosta de cozinha"
(2.5)

L: não/ eu não gosto muito não/ sabe" (+) ma:s (++) pr pra tê comida eu faço/.../

Existe um tipo de P não muito comum e que na verdade não coloca uma questão, mas uma constelação de questões. O exemplo (16) mostra um caso destes, que é curioso por duas razões: (a) a P inicial é uma constelação de P, e (b) a conversação em si é uma seqüência de P-R que tolhe a iniciativa do interlocutor e transforma o diálogo na tortura de um inquérito. O exemplo foi-me cedido por Dino Preti e Ataliba de Castilho, do NURC de São Paulo, a quem agradeço a fonte.

(16) *NURC — São Paulo — Inq. 331*

(*Contexto*: um senhor de idade conversa com uma colega sobre uma festa havida no dia anterior.)

...

Ele: que que você fez"/ quem estava lá"/ por que teve a festa"/ com quem você encontrou"/ que que você conversou" (+) que que você bebeu / que que você comeu"

Ela: é/ é era aniversário da P. não é"

Ele: que é a P."

Ela: minha sobrinha

Ele: filha de quem"

Ela: filha de O. / não é"

Ele: sua irmã"

Ela: é/

Ele: hum (+) e foi festa de criança/ foi festa de adulto ou dos dois"

Tudo indica que ele estivesse brincando com a colega, mas, mesmo assim, a brincadeira não é das mais agradáveis. A primeira conseqüência é o aniquilamento da naturalidade.

Pré-seqüências

As pré-seqüências são turnos pares que antecedem uma seqüência par. Neste sentido, observa Levinson (1983, p. 345), a expressão é sistematicamente ambígua, pois a *pré*-seqüência é uma *seqüência*. Mas as pré-seqüências são unidades cuja motivação é ou estabelecer a coesão discursiva ou preparar o terreno para outra seqüência, ou unidades que contêm uma asserção, como no caso de uma informação.

Na terminologia de Sinclair e Coulthard (1975), poderíamos dizer que representam um *frame*, ou melhor, um quadro preparatório para um evento lingüístico posterior. As aberturas de conversações telefônicas muitas vezes apresentam pré-seqüências com esta finalidade.

As pré-seqüências também prefiguram o tipo de ação que precedem, como no caso dos pré-fechamentos de conversações, em que são ensaiadas as saídas do tópico e as introduções de despedidas. Embora opcionais, as pré-seqüências são muito freqüentes na fala. São comuns no caso de pré-pedidos:

(17) *L. A. M. — Recife — 1984*
(*Contexto*: o filho, de 7 anos, fala com a mãe na cozinha.)

T1 R: mainha"
T2 B: o que é meu filho"
T3 R: posso comê uma banana"
T4 B: come meu filho

Em (17), T1 e T2 formam uma pré-seqüência a T3 e T4, preparando o caminho para o pedido. Em (18) temos um caso um pouco diverso, mas com a mesma estrutura:

(18) *L. A. M. — Recife — 1985*
(*Contexto*: o filho, R., bisbilhotando as compras do supermercado, dirige-se à mãe, B.)

T1 R: o painho trouxe aquele iogurte"
T2 B: trouxe meu filho/ trouxe
T3 R: posso comê um"
T4 B: um só viu"

Se em (17) a pré-seqüência tinha a função de criar uma expectativa na mãe, inclusive com o uso de uma curva entonacional característica, no caso (18) trata-se de uma pré-seqüência que visa certificar-se das condições para colocar o pedido. O mesmo pode ocorrer com pré-convites, pré-ofertas etc., que antecedem convites e ofertas, e assim por diante. Considerando estas propriedades, Levinson (1983, p. 346) propõe uma caracterização estrutural para a organização das pré-seqüências no conjunto de pré-seqüência e seqüência. Para tanto, segue a distinção proposta por Schegloff entre *posição dos turnos* (P) e *lugar dos turnos* (T), já que é possível encontrar inserções entre as pré-seqüências e as seqüências. Resumidamente, o esquema é:

(a) T1 (*posição I*): coloca uma questão que checa as pré-condições que prevalecem para chegar à ação realizada em T3;
(b) T2 (*posição II*): uma resposta indicando a pré-condição, muitas vezes com uma pergunta ou informação que leva a T3;
(c) T3 (*posição III*): a ação prefigurada no "vamos em frente" de T2 é colocada;
(d) T4 (*posição IV*): resposta à ação realizada em T3.

O funcionamento disso pode ser observado em (17) e (18) acima. Contudo, embora clara, essa organização estrutural não funciona sempre desse modo. O ponto crucial no modelo é que T3 é contingente e depende da condição posta em T2. Qualquer desencorajamento ou negativa surgida em T2 pode levar ao aborto da seqüência planejada, como ocorre no caso (19):

(19) *L. A. M. — Recife — 1985*
(*Contexto*: M. telefona a H. e deseja falar com J., mas J. não se encontra em casa.)

PI — T1 M: escuta H. (+) a J. tá por aí" ((checagem))
PII — T2 H: tá não ((desencorajamento))
T3 M: precisava dá um papinho com ela (+) porque ah:: eh: queria resolver/.../

Ao lado dessa alternativa também ocorre uma outra, que é a inserção de uma seqüência entre PI e PII. Com isto as posições canônicas do modelo, ou seja, PI-T1 e PII-T2, ficam modificadas, como no caso (20):

(20) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: dois vizinhos se encontram na garagem do prédio.)

PI ▸T1 A: escuta N. (+) tás com plano pra hoje à noite"

▸T2 N: hoje à noite é"

▸T3 A: é/ lá pras nove hora

PII ▸T4 N: o::lha (+) pare:ce que não

PIII ▸T5 A: então vai pra reunião (+) a gente vai bolá um plano

PIV ▸T6 N: tá bom (+) ondé que vai sê"

. . .

Como se nota, a Posição I coincide com T1 e coloca um pré-convite, checando as condições do parceiro. Contudo, T2 e T3 formam um par inserido que visa a confirmar e esclarecer, sendo que a segunda parte do par do pré-convite aparece na Posição II situada em T4. Com isso as posições III e IV com o par convite-resposta ficaram deslocadas para T5 e T6.

Um caso um pouco diferente, mas comum, de pré-seqüência é o das *pré-informações*. Uma informação não forma uma seqüência, mas pode ser precedida por uma pré-seqüência, como na ocorrência (21):

(21) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: V., M. e J. são colegas; J. é a coordenadora de curso; ninguém sabia quando B. chegaria. V. e J. ficaram sabendo que B. chegaria naquele dia.)

. . .

PI ▸T1 V: sim (+) a J. falô contigo hoje"

PII ▸T2 M: não/por quê"

PIII ▸T3 V: B. chega hoje viu"

PIV ▸T4 M: puta vida/ e agora"

. . .

O caso (21) é de interesse por várias razões, mas sobretudo pela quantidade de ações aí realizadas. O esquema a seguir dá uma visão disso:

(a) *PIT-1*: é a primeira parte da pré-seqüência e traz uma indagação que indica a disposição para contar uma novidade e suscitar expectativa no parceiro;

(b) *PII-T2*: é a segunda parte da pré-seqüência, que permite ao outro ir em frente; mas contém, num segundo movimento, a primeira parte do segundo par "por quê?", que significa "o que é que há?";

(c) *PIII-T3*: coloca a informação cujo terreno fora preparado em T1-T2, que é do interesse de M.;

(d) *PIV-T4*: traz a recepção de M., que é de perplexidade, o que explica o suspense que o primeiro par preparara.

Na verdade, segundo observa Levinson (1983), as pré-seqüências do tipo pré-pedidos, pré-informações, pré-convites e outras são o lugar mais adequado dos atos indiretos de fala e revelam que as pessoas despreferem respostas negativas.

Seqüências inseridas

Como já se viu, é comum que entre uma pergunta e uma resposta se insiram ou encaixem seqüências de perguntas e respostas. Schegloff denominou-as de *seqüências inseridas*, pois elas modificam a seqüência par do tipo P-R para P (P_i-R_i) R), onde P_i-R_i é a seqüência inserida. Isto faz com que a realização do par não seja adjacente, mas se adie por alguns turnos. Veja-se o caso (22), em que ocorre até mesmo a repetição da própria pergunta:

(22) *L. A. M. — Recife — nota de campo — 1985*

(*Contexto*: S. e M. em uma situação de entrevista.)

. . .

T1 S: você está aqui desde quando"
T2 M: oi"
▸ T3 S: quando você chegou aqui"
▸ T4 M: aqui no Recife"
▸ T5 S: sim/ aqui
▸ T6 M: na semana passada

. . .

A pergunta foi de fato colocada em T3, sendo que T1 não havia sido entendida por M., de modo que T2 funcionou muito mais como um pedido de repetição, o que muitas vezes é uma característica idiossincrática de certas pessoas que sistematicamente dizem após uma pergunta: "o quê?" ou "como?", "hein?", "ahn?". T3 será respondida em T6, ou seja, após a seqüência inserida T4-T5.

As inserções entre pares podem dar-se de múltiplas formas. Seu interesse teórico é grande, pois, como observa Levinson (1983, p. 306), elas levam a colocar numa nova perspectiva a questão da *relevância condicional* da primeira parte do par. Caso tivéssemos uma P inicial e uma série longa de P-R inseridas, poderia ocorrer que no final não se desse mais uma R à P inicial, tendo neste caso as P-R inseridas uma importância própria. Com isto, a noção de seqüência inserida mostra que a *relevância condicional* não é uma regra de formação de pares, mas simplesmente que ela propõe ou especifica expectativas que devem ser atendidas.

Uma característica interacional importante das seqüências inseridas é que elas podem servir tanto para esclarecimentos, como para *manipulação* da pergunta, orientando-a de algum modo. Este é o caso das inserções que são verdadeiras paráfrases da pergunta com a tentativa de interpretá-la com determinada intenção. Isto é muito comum em debates políticos e entrevistas.

G. Jefferson (1972) distingue um tipo de seqüência que não coincide com as seqüências inseridas e que é por

ela denominado *side sequence*, ou seja, seqüência lateral, ou digressiva. Este tipo de seqüência não se localiza dentro de um par adjacente, mas ocorre em geral a propósito de uma asserção. São esclarecimentos ou comentários sobre o asserido. Representam uma quebra na atividade conversacional. Veja-se o caso (23):

(23) *L. A. M. — Recife — 1984*

(*Contexto*: o pai, M., examinando os livros do filho de 7 anos, R., reclama do estado dos mesmos.)

. . .

T1 M: Veja só meu filho (+) isso é coisa" teus livros estão cheios de orelhas"((asserção))
T2 R: quantas orelhas uma pessoa tem hein" ((desvio))
T3 M: várias meu filho (+) muitas (+) muitas ((R ao desvio))
T4 R: que mentira (+) só tem duas né" ((avaliação))
T5 M: eu disse que os SEUS livros/.../ ((retorno ao tópico))

De certo modo, tais seguimentos têm uma estrutura tripartida (Jefferson, 1972), em que aparecem: (a) uma asserção qualquer; (b) uma indagação qualquer desviante; (c) resposta ou esclarecimento, sendo que (b) e (c) podem prosseguir por vários turnos. A diferença que isto tem com relação às seqüências inseridas é que, ao contrário das inseridas, as laterais não se introduzem entre uma primeira e uma segunda parte de um par, mas seguem algum tipo de asserção ou observação.

Organização da preferência

Preferência, termo por várias vezes usado até aqui, foi desenvolvido por Sacks e Schegloff para descrever as

diferenças características entre as diversas maneiras de os falantes realizarem ações alternativas não-equivalentes. Assim, por exemplo, no caso de propostas e convites, é mais comum esperar uma preferência pela aceitação que pela negação; já no caso do insulto e da ofensa, desprefere-se tal tipo de ação; no caso dos elogios, tudo indica que a opção mais geral é despreferência, ou seja, eles são evitados, pelo menos publicamente.

Isso significa que nem todas as segundas partes dos pares estão no mesmo pé de igualdade, verificando-se um escalonamento na qualidade da resposta. Não se trata de uma questão meramente psicológica, mas de uma caracterização estrutural, como observa Levinson (1983, p. 333). Claro que o problema em si é também sociocultural e antropológico e não apenas lingüístico, mas o que interessa aqui é ver o *formato lingüístico* de ações despreferidas em relação às preferidas. Para tanto, seguindo a sugestão terminológica da morfologia lingüística, podem-se adotar os termos *marcado* e *não-marcado* na análise da questão.

No geral, as *segundas partes preferidas são não-marcadas* e as *segundas partes despreferidas são marcadas* por algum elemento estrutural. Isto permite, segundo Levinson, indicar os dois traços fundamentais de ações despreferidas: (a) tendem a ser marcadas, e (b) tendem a ser evitadas.

Convém não esquecer, no entanto, que a preferência ou despreferência de ações é social e culturalmente determinada. Na cultura brasileira, temos o exemplo de ofertas em situações especiais que levam sistematicamente a uma despreferência como ação primeira típica. Assim, quando alguém chega à casa de um conhecido na hora de alguma refeição, é costume que receba a oferta: "almoce com a gente", ou algo semelhante, sendo que a resposta esperada é: "obrigado, já almocei", e por aí afora. Uma aceitação imediata seria vista como traço de impolidez, na maioria dos casos. Não é bem uma questão de sinceridade ou não dos atos, mas uma oportunidade para negociações, pois é costume que a oferta seja repetida, assumindo a aceitação,

após várias insistências, outra qualidade. O esquema, neste caso, seria: oferta-recusa-insistência-recusa/aceitação.

Creio oportuno intercalar aqui uma breve reflexão a respeito das relações entre forma lingüística e valor social. No seu proveitoso estudo sobre fenômenos de polidez, Brown e Levinson (1978, p. 285 et seq.), ao examinarem as implicações de suas análises para a sociolingüística, lembram o seguinte: se é na ação e interação que se encontram as inter-relações mais profundas entre linguagem e sociedade, o problema-chave seria a determinação da origem e natureza da valência social ligada à forma lingüística. A associação das formas lingüísticas a valores sociais de uma comunidade ou a características sociais dos participantes e situações contextuais não resolve a questão, por seu componente tendencialmente mecânico.

Brown e Levinson lembram duas fontes centrais da valência social de formas lingüísticas: (a) o impacto potencial intrínseco que uma intenção comunicativa específica pode ter sobre uma relação social, e (b) os caminhos pelos quais, modificando a expressão dessa intenção, os participantes buscam modificar o impacto. Em conseqüência, a conexão entre forma lingüística e valor social dá-se pela mediação de intenções e estratégias, o que introduz o componente *racionalidade da ação* como um dos motores do processo. Mas, se por um lado Brown e Levinson conseguem evitar a imposição de *regras* como ponto terminal da análise, uma vez que a seleção de formas para transmitir mensagens é uma questão de *estratégia*, por outro transformam a ação num processo estritamente racional. O perigo é, pois, a ênfase das estratégias racionais em detrimento do aspecto sociocultural da ação no uso da língua, apontado, aliás, pelos próprios autores (p. 285).

Seja como for, a questão das relações entre forma lingüística e uso social permanece crucial, e, no caso da organização da preferência, tudo indica estarmos lidando com um de seus momentos delicados. Aí a tendência social e cultural estratégica é evitar as recusas e preferir as

aceitações. Conseqüentemente, as formas de despreferência exibem marcas cujas alternativas são, em geral, as seguintes (cf. Levinson, 1983, p. 334):

(a) *adiamentos*: (1) uma pausa antes de iniciar a resposta; (2) uso de um pequeno prefácio; (3) deslocamento por um ou vários turnos com marcadores como "o quê?", "como?" e outros;

(b) *prefácios*: (1) uso de marcadores como "bem", "olha" etc.; (2) produção de uma concordância para então discordar: "sim mas"; (3) uso de apreciações, qualificações, desculpas; (4) hesitações como "ah", "mm" e outras;

(c) *ponderações*: ponderações claras para justificar a despreferência;

(d) *componentes de declinação*: geralmente uma forma adequada ao caso e com abrandamentos.

Na verdade, várias dessas alternativas podem coincidir e coocorrer na mesma resposta. Não temos uma análise do sistema de organização das preferências para o português do Brasil, mas, *em tese*, parece que valem as seguintes correlações propostas por Levinson (1983, p. 336):

Primeira parte do par	Segunda parte do par	
	preferida	despreferida
pedido	aceitação	recusa
oferta convite	aceitação	recusa
avaliação	concordância	discordância
pergunta	resposta esperada	• resposta inesperada • não-resposta
censura ofensa crítica	recusa	admissão

O padrão acima não indica correlações obrigatórias, mas uma *tendência*. Tudo se resolve no ato concreto da conversação, e, obviamente, observa Levinson, não é só a segunda parte do par que pode ser marcada, mas também a primeira parte, como que a indicar algum problema na sugestão feita ou no pedido formulado, e assim por diante.

6

Organizadores globais: o caso da conversação telefônica

Ao lado dos organizadores conversacionais que operam localmente, como a tomada de turno, os pares adjacentes e outros, existem alguns recursos que organizam a conversação em termos globais, tais como as aberturas e os fechamentos.

O mais normal numa conversação é que ela tenha pelo menos três seções distintas estruturalmente, ou seja, uma abertura, um desenvolvimento e um fechamento. A seção de abertura apresenta normalmente o contato inicial, com os cumprimentos ou algo semelhante, vindo então a seção com o desenvolvimento do tópico ou dos tópicos e, finalmente, as despedidas ou saídas do tema geral, perfazendo a seção de fechamento. Obviamente, também aqui se verificam subdivisões, como pré-aberturas, seções tópicas distintas e pré-fechamentos.

Há muitas maneiras de iniciar uma conversação, dependendo da situação, das circunstâncias e dos meios para tanto utilizados. Duas pessoas que não se encontram há muito tempo iniciarão com cumprimentos e abraços com certa efusividade, podendo a abertura tomar um tempo longo antes de iniciar com algum tópico específico. Já no caso de pessoas que se vêem todo dia pode ocorrer uma

troca de turnos rápida no primeiro encontro do dia e, se durante o dia se encontrarem mais vezes, é possível que iniciem logo com o tópico. Situações formais podem exigir um cumprimento ritual, com apresentações mútuas, trocas de gentilezas e combinações para entrada no tópico.

Schegloff (1972), num trabalho muito conhecido sobre as conversações telefônicas, que será a base para o que segue, chamou às seqüências do tipo acima *summon-answer*, que traduzo por *chamada-resposta*. As chamadas, no caso das batidas na porta ou as famosas palmadinhas nas costas, o aceno de mão chamando o outro ou um piscar de olhos exibem o primeiro movimento, embora não constituam o primeiro turno da conversação. Tais recursos formam os expedientes para atrair a atenção, estabelecer o contato, indicar uma disposição para o diálogo (cf. Schegloff, 1972, p. 357) e correspondem ao tilintar do telefone.

Na presente análise ater-me-ei apenas ao caso dos telefonemas, por várias razões: (a) neles o canal de contato é puramente lingüístico; (b) todos os problemas devem ser resolvidos verbal e explicitamente; (c) é uma das poucas conversações das quais se pode obter o início, o desenvolvimento e a conclusão integralmente. De resto, trata-se de um evento para cuja realização devem primeiro ser conseguidas certas condições básicas, uma vez que não se dá face a face.

Para início, tomemos alguns exemplos de abertura:

(24) *L. A. M. — Recife — 1985*
(*Contexto*: M. deseja falar com seu colega A.C., que está no hotel; a recepcionista atende.)
: ((telefone toca))
R: Hotel das Águas Mornas/ bom dia'
M: bom dia (+) eu queria falar com A.C. (+) se ele está
R: um momento por favor

(25) *L. A. M. — 1984*
(*Contexto*: S. e T. são marido e mulher; neste caso telefonam-se para transmitir um recado.)
: ((telefone toca))
T: alô
S: olha'
T: sim'
S: olha'
T: diga'
S: a G. disse (+) mandô dizê que pode deixá lá em casa quando ela for lá (+) lá na portaria
. . .

(26) *L. A. M. — Recife — 1985*
(*Contexto*: T. deseja falar com a colega V.; quem atende é a empregada.)
: ((telefone toca))
E: alô
T: V. está"
E: tá (+) quem qué falá com ela"
T: é T.

Como se nota, os três casos acima apresentam formas bem diversas de abertura. Comparem-se ainda os casos (27), (28) e (29) a seguir, onde aparecem formas mais complexas. Uma coisa é comum a todos eles: o telefonado é quem tem o primeiro turno e deve estabelecer o contato. Isto dá a regra básica da abertura: *o telefonado fala primeiro* (Schegloff, 1972, p. 351). Quanto à forma usada pelo telefonado, a variação é grande; nas mostras de que disponho aparecem "alô", "sim", pronto", "fala", "diga", "quem é?", indicação do nome do estabelecimento, instituição e outras, predominando na maioria dos casos o "alô". São poucos os casos em que cada qual se auto-identifica; é comum o telefonador identificar o telefo-

nado e se auto-identificar no mesmo turno. O mais comum é um identificar o outro, usando o reconhecimento do timbre ou qualidade da voz.

Schegloff chama atenção para dois casos assimétricos de abertura, que também ocorrem em português:

(I) : ((telefone toca))
B: alô
A: quem é"
B: ((dá o número do telefone)) //((ou)) com quem qué falá"

e

(II) : ((telefone toca))
B: quem.é"
A: ((auto-identifica-se))

Em (I) A recebe de B uma *resposta especulativa* à indagação de "*quem é?*", pois B tanto pode responder "com quem quer falar?" como "telefone número tal". Já no caso (II), quando B recebe a chamada e responde "*quem é?*", o telefonador A tem a *obrigação de auto-identificar-se*, sem poder dar o número do telefone ou usar de outros artifícios.

Um caso de interesse é o seguinte:

(27) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: duas amigas íntimas, B. e M., telefonam-se pelas 6h30min da manhã; elas moram em prédios vizinhos.)

: ((o telefone toca))
T1 B: alô
T2 M: B./ é M.
T3 B: oi M.
T4 M: tudo bom"
T5 B: tudo bem
T6 M: como é que vai D." ((D. é filha de 1 ano e meio de B.))

T7 B: tá ó::tima
T8 M: [tava descansando' minha filha"
T9 B: não/ tava não (+) tava com ela aqui/ ela ela tá acordada, aí ninguém dorme né" ((risos))
T10 M: é isto aí: (+) olha menina (+) é porque teu marido ficô de vi aqui em casa/. . ./

O caso (27) é relevante pela complexidade da abertura até a entrada no tópico. A chamada e T1 formam os movimentos do contato; T2 procede pela identificação da parceira e auto-identificação; T3 confirma a identificação e libera M. para que prossiga. T4 e T5 colocam os cumprimentos mútuos em seqüência ecóica; T6 e T7 são uma incursão pelos detalhes familiares — um traço de polidez. T8 coloca um *frame* ou quadro típico que indica a sensação de estar sendo inconveniente (6h30 min da manhã), sendo que T9 discorda, como esperado, e dá uma justificativa que indica a sinceridade do ato. É em T10 que M. colocará o tópico, embora a possibilidade já tivesse surgido em T6, após os cumprimentos. A colocação do tópico é feita de forma elíptica, o que supõe amplos conhecimentos prévios partilhados e domínio de regras conversacionais. T10 tem três movimentos: (a) um sinal de fechamento da abertura inicial; (b) um *frame* ou quadro de atenção para o tópico, situado entre duas micropausas, e (c) a colocação do tópico em forma elíptica.

Em relação à complexidade de atos e riqueza interacional desenvolvida na conversação telefônica, (28) é exemplar:

(28) *L. A. M. — Recife — 1984*

(*Contexto*: C. e D. são dois amigos que não se viam há quase seis meses, uma vez que D. fora residir noutra cidade.)

: ((telefone toca)) ((chamada))

C: alô ((resposta)) + ((dica para reconhecimento))

D: olá::: ((primeira parte do cumprimento)) + ((confirma que D. reconheceu C.)) + ((dica para que C. reconheça D.))

C: o::ba: (+) há quanto te::mpo' ((segunda parte do cumprimento)) + ((dica de que reconheceu D.)) + ((surpresa agradável))

Levinson (1983, p. 312), analisando um caso semelhante, observa que o conteúdo mapeado nas alocuções mínimas aí exibidas, em virtude da *localização seqüencial* e da natureza da atividade, é riquíssimo e organiza, já na abertura, uma série de ações futuras perfeitamente imagináveis. Note-se que a própria identificação pelo nome foi suspensa sem prejuízo da comunicação.

Como se observa nos exemplos até aqui apontados, a regra para introdução do tópico é: quem telefona propõe o tópico (cf. Schegloff, 1972, p. 354). O lugar adequado para a introdução do tópico é logo após a identificação ou os cumprimentos, mas não é incomum que entre os cumprimentos e a introdução do tópico surjam perguntas rituais sobre os familiares, negócios, amigos, coisas pessoais, desculpas ou admiração pela chamada.

Se a C-R é crítica para o estabelecimento do contato e pré-abertura da comunicação telefônica, as identificações também o são. É possível que turbulências e falhas nas identificações levem o telefonema a abortar. Os cumprimentos já não são tão problemáticos e podem inclusive não existir. É claro que em grande quantidade de casos não há identificações mútuas, pois elas são inseridas pela qualidade da voz, o que significa que elas são um pressuposto já presente. No Brasil não é comum as pessoas se auto-identificarem nos primeiros movimentos; o mais usual é que se dê a identificação de um pelo outro, sobretudo nos telefonemas entre amigos.

Um dos problemas maiores nos telefonemas é o do *fechamento da conversação*. Este é mais complexo que no caso da conversação face a face, e são freqüentes seções longas de despedidas, com várias reduplicações. Geralmente, a iniciativa de concluir cabe ao telefonador, no caso dos telefonemas particulares, mas nos telefonemas a firmas, instituições etc. a iniciativa da conclusão é neutra e pode ser de qualquer dos lados.

O início da conclusão (abertura do fechamento) tem seu lugar sempre no final do tópico abordado (quando se trata de uma conversação monotópica). Neste momento abre-se a troca final, que em telefonemas curtos é breve, mas em telefonemas longos, de vários tópicos, é complicada. Às vezes inicia-se com um "obrigado" logo após receber a informação pretendida. Geralmente usa-se um marcador que indica disposição para concluir. Muitas vezes a conclusão tem relação com fatos da abertura inicial, ou seja, a abertura da conclusão reporta-se a algum traço do início. Assim são as iniciativas do telefonador, como "espero não ter atrapalhado você" (referindo-se ao fato de ter telefonado em hora imprópria), "bem/ já demorei demais" (referindo-se ao fato de ter prometido brevidade), "bom/ vou deixar você voltar ao trabalho" (reportando-se ao fato de ter interrompido o outro). Estas formas, entre outras, organizam o evento como um todo. Tome-se o caso a seguir, que traz alguns traços característicos.

(29) *L. A. M. — Recife — 1984*

(*Contexto*: J. telefona para D. e quer saber se D. já conseguiu os materiais que prometera.)

T1 J: tá bom D. (+) muito obrigado
D: ok
T2 J: e de qualquer modo você continue a busca né"
T3 D: certo e quando eu tivé eu tivé alguma coisa eu lhe comunico viu"
T4 J: você me telefona'
T5 D: lhe telefono'
T6 J: é (+) tá muito bom (+) então um abraço
T7 D: outro pra você
T8 J: e obrigado
T9 D: de nada (+) tchau ((desliga o telefone))

Observe-se que T1 coloca por parte do telefonador a disposição de fechamento, produzindo um sinal típico, "tá bom", e um agradecimento, vindo inclusive a disposição (em sobreposição de voz) de D. para concluir, mas J. em T2 amplia, e mais alguns turnos sucedem-se àquela tentativa de fechamento. No T6 volta a se dar o mesmo sinal que no pré-fechamento em T1, "tá muito bom", e finalmente uma sucessão de toques finais para combinações rápidas e despedida.

Como notam Schegloff e Sacks (1973), é sempre problemático concluir uma conversação, ou seja, é sempre difícil resolver a questão de interromper uma conversação sem ter a sensação de um silêncio, mas de um final consentido e combinado. Por isso os fechamentos (e não só de telefonemas) são com muita freqüência prefaciados com um *pré-fechamento* como em (29).

7

Marcadores conversacionais

Parece claro que na análise da conversação não se podem empregar as mesmas unidades sintáticas que para a língua escrita. Tudo indica que as unidades, na conversação, devem obedecer a princípios comunicativos para sua demarcação e não a princípios meramente sintáticos. Existem relações estruturais e lingüísticas entre a organização da conversação em turnos (marcados pela troca de falantes) e a ligação interna em unidades constitutivas de turno. Isto sugere que os marcadores do texto conversacional são específicos e com funções tanto conversacionais como sintáticas.

Tais recursos podem ser subdivididos em três tipos de evidências: (a) *verbais*, (b) *não-verbais* e (c) *supra-segmentais*. Quanto às suas funções, estes sinais servem de elo de ligação entre unidades comunicativas, de orientadores dos falantes entre si etc. Podem aparecer em várias posições: na troca de falantes, na mudança de tópico, nas falhas de construção, em posições sintaticamente regulares. Fundamentalmente, eles podem operar como *iniciadores* (de turno ou unidade comunicativa) ou *finalizadores*. A expressão *unidade comunicativa* (UC) é aqui tomada (cf. Rath, 1979) como substituto conversacional

para "frase", ou seja, é a expresssão de um conteúdo que
pode dar-se, mas não necessariamente, numa unidade sin-
tática tipo frase. Trata-se de uma noção pré-teórica, assim
como a noção de tópico, e, neste contexto, opera como
categoria descritiva de unidades que podem ou não coinci-
dir com a frase. Reflete nossa experiência comunicativa
a respeito do que seja uma frase.

Em relação aos fatos gramaticais, estes sinais são im-
portantes por coocorrerem com certa freqüência com de-
terminados fatos gramaticais, como a elipse, o anacoluto,
os parênteses etc. Isto os coloca em posição de relevância
como marcadores sintáticos com motivação comunicativa.
Assim, as UCs são, via de regra, marcadas por pausas,
pela entonação e por certos elementos lexicais ou paralexi-
cais. A importância de tais análises está no seu potencial
descritivo em relação a padrões sintáticos da fala.

Sigo aqui linhas teóricas de lingüistas alemães, como,
por exemplo, R. Rath (1979), cuja premissa é a de que
tanto na produção oral como na escrita o sistema lingüís-
tico é o mesmo para a construção das frases, mas as re-
gras de sua efetivação bem como os meios empregados
são diversos e específicos, o que acaba por evidenciar pro-
dutos lingüísticos diferenciados. Posição nitidamente se-
melhante é a defendida na proposta funcionalista de M. A.
K. Halliday (1985).

Classes de marcadores

Os *recursos verbais* que operam como marcadores
formam uma classe de palavras ou expressões altamente
estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência. Não
contribuem propriamente com informações novas para o
desenvolvimento do tópico, mas situam-no no contexto
geral, particular ou pessoal da conversação. Alguns não

são sequer lexicalizados, tais como "mm", "ahã", "ué" e
muitos outros.

Os *recursos não-verbais*, ou paralingüísticos, tais como
o olhar, o riso, os meneios de cabeça, a gesticulação, têm
um papel fundamental na interação face a face. Estabele-
cem, mantêm e regulam o contato: uma palmadinha com
a mão durante um turno, um olhar incisivo ou um locutor
que nunca enfrenta seu parceiro significam muito (sobre o
olhar, cf. Goodwin, 1981).

Os *recursos supra-segmentais* são de natureza lingüís-
tica, mas não de caráter verbal. Os dois mais importantes
para o nosso caso são as pausas e o tom de voz. As pau-
sas podem ser curtas (micropausas), médias ou longas e
constituem um fator decisivo na organização do texto con-
versacional. São freqüentes em final de unidades comuni-
cativas e geralmente coocorrem com outros marcadores.
Como se verá, podem surgir também no início de unidades,
sobretudo como hesitações (ou pausas preenchidas).

Muitas vezes, em conversações informais, as pausas
propiciam mudanças de turno. Nos monólogos, as pausas
longas têm uma função cognitiva ao operarem como mo-
mentos de planejamento verbal ou organização do pensa-
mento.

De acordo com R. Rath (1979, p. 96-7), poderíamos
dividir as pausas nos seguintes tipos:

1) *pausas sintáticas*
   a) *de ligação*: vindo por vezes no lugar de um conector qualquer, como "e", "então", "mas", funcionam para construção interna da unidade sem iniciar propriamente uma nova;
   b) *de separação*: servindo para delimitar ou separar unidades comunicativas, vêm logo após um sinal de fechamento de unidade ou baixamento do tom de voz;

2) *pausas não-sintáticas*

a) *de hesitação*: podem ser idiossincráticas, preenchidas ou não, ou estarem servindo para o planejamento verbal e têm uma motivação sobretudo cognitiva;

b) *de ênfase*: têm valor de sinalizadores do pensamento, reforçando-o ou chamando a atenção. Muitas vezes aparecem entre o artigo e o nome ou no interior de um sintagma.

Como Rath (1979, p. 97) observa, esta classificação — que ele toma de empréstimo a R. Drommel (1974) — apresenta alguns problemas. As pausas de separação e as de hesitação podem às vezes ter a mesma função sintática. Por outro lado, algumas pausas de hesitação têm por vezes uma função semelhante às de ligação, sobretudo quando ocorrem no interior de uma unidade.

Seja como for, uma correta e atenta demarcação das pausas nas transcrições de protocolos será sempre fundamental para a análise do texto.

Observando os dados acima, podemos caracterizar os *fenômenos de hesitação* (repetições, pausas meditativas, preenchidas) como indicadores da esfera do planejamento cognitivo do texto em oposição aos outros sinais (sobretudo os de separação). Assim, tendo em conta as sub-rotinas do processo de organização textual, pode-se aventar a hipótese de que os marcadores de hesitação aparecem preferencialmente nos momentos em que o texto se organiza. Tal é o caso da passagem de um tópico a outro, na hora de apresentar um argumento, e assim por diante.

Isto significa que quando as hesitações ocorrem em início de UC acarretam também cortes no plano lingüístico, sendo menos comum o caso de hesitações sem cortes em início de unidade.

(30) — *NURC — Recife — Inq. 27 — 1977*

Ele: UC1 — *bem (+) mais aí:* é a maneira de agir *(+)*
((marcador com pausa de retardamento)) ((pausa de ligação com função conectiva))
às vezes as palavras têm uma significação
(+) ah::: dúbia (+)
((pausas de separação com hesitação))

UC2 — *por exemplo (++)* como o governo agiria" *(+)*
((marcador argumentativo e pausa de hesitação inicial)) ((elevação do tom com pausa de separação))

UC3 — muitas pessoas que ouvem você falar pensariam que era o governo impor *(+)*
((pausa de separação))

UC4 — *mas seria digamos assim* através de uma: *(+)*
((marcador inicial)) ((pausa de hesitação precedida de prolongamento da vogal))
difusão de uma propaganda *(+) não é" (+)*
((marcador finalizador entre duas micropausas de separação))

Veja-se o caso da UC1 no exemplo (30) acima: o final da unidade é marcado por uma hesitação, apresentação do último elemento da unidade e uma pausa; a próxima unidade inicia com um marcador e uma hesitação cortando a estrutura anterior, mas as outras três unidades não iniciam com hesitações.

Entre os recursos supra-segmentais temos ainda a entonação, a cadência e a velocidade, que caracterizam e marcam relações pessoais e de conteúdo. J. J. Gumperz (1982) investiga detalhadamente a função comunicativa destes sinais, dando-lhes um valor central nos processos inferenciais. Assim, os estilos modulado e não-modulado devem ser vistos ligados ao conteúdo e como dicas contextuais. Nosso desconhecimento a respeito da organização e função desses fatores na atividade interacional em língua portuguesa faz de tal matéria uma promissora fonte de investigações.

Tipos, funções e posições

Permaneçamos apenas com os sinais verbais. Eles podem ser subdivididos em dois grandes grupos de acordo com sua fonte de produção: (a) *sinais do falante*, e (b) *sinais do ouvinte*. Por outro lado, quanto a funções específicas, cada qual pode ter (1) *funções conversacionais* e (2) *funções sintáticas*. Além disso, eles podem vir em várias *posições* dentro do turno ou na seqüência dos turnos. O quadro a seguir, baseado em Rehbein (1979), com modificações e acréscimos, dá uma visão geral. Para bem da visibilidade só coloquei sinais muito simples e breves.

É de supor que estes sinais sejam diversos nas várias formas de uso oral da língua, quer se trate de uma conferência, uma aula, uma entrevista, uma conversação informal ou formal, entre pessoas de mesma condição so-

cial ou não etc. Seria oportuno investigar esse tipo de questão mais a fundo, uma vez que a determinação desses padrões dá uma idéia da variação social da organização sintática e suas influências sobre os processos argumentativo e inferencial. Por outro lado o poder comunicativo de tais sinais é imenso, e um ouvinte, mesmo entendendo mal uma língua, pode sustentar um "diálogo" por longo tempo emitindo corretamente os sinais do ouvinte.

Embora não o analise detalhadamente, trago aqui um breve exemplo para que se sinta o funcionamento de tais marcadores. É um extrato de uma conversação de 1h30min entre dois biólogos, professores universitários, colegas.

(31) *NURC — Recife — Inq. 27*

. . .

Ele: quando nós falamos em controle de natalidade (+) então as pessoas passam imediatamente a considerar uma outra condição' (+) e não [essa essencialmente

Ela: [o que eu]

Ele: biológica,

Ela: [o que eu acho engraçado é que toda vez que um biólogo começa falá em controle da natalidade e programação da sociedade (+) ele é tachado imediatamente de nazista e fascista, porque essa ressalva que eles fazem (+) essa reação que o povo tem em geral até hoje eu num entendi (+) porque olhe /.../ outra coisa (+) o controle também de pessoas que não podem ter filhos/.../ eu não sei de onde vem essa reação' esse medo' é um medo' é um medo atávico talvez do homem ou então original de religião (+) o que é que você [acha"

Ele: [não eu acho que é mais um comportamento

digamos assim (++) fundamentado nas necessidades humanas mal compreendidas, (+)/.../ é o caso por exemplo:: (+) da doação de:: órgãos/.../ e o parente mais próximo se negar (++) eu acho isso [uma::

Ela: [mas eu tenho a impressão que ISSO T.' é uma questão de:: formação religiosa, (+) talvez porque:[(+)]tem uma

Ele: [não]

Ela: crença na na ressurreição dos corpos [né" (+)]

Ele: [não]

Ela: e pensam que dando o:: qualquer outro órgão quando houver a ressurreição/.../ então eu acho que: aí (+) é o ponto onde a religião ainda tem muita coisa né" (+)/.../ tem gente de um nível melhor que também tem o mesmo medo né"

Ele: mas às vezes o nível da pessoa (+) não é (+) vamos dizer assim homogêneo/.../

...

Ela: veja (+) agora que nós estamos falando sobre educação (+) estou lembrando o seguinte (+) nós somos casados e não temos filhos né" (+) então lembrei a história (+) u um senhor dizendo (+) antes de casá ele tinha seis teorias e não tinha nenhum filho (+) depois que ele casou ele tinha seis filhos e não tinha nenhuma teoria que educasse os filhos ((risos)) acho que esse é o nosso caso sabe" ((risos)) nós estamos falando mas

sem nenhuma experiência particular no assunto né"

Essas duas ocorrências exibem uma enorme quantidade de sinais de todos os tipos, com várias funções e nos mais diversos lugares. Quanto à constituição e segmentação das UCs, deve-se ter em conta que os recursos apontados funcionam conjuntamente. O mais comum é coocorrerem vários tipos de recursos (geralmente, um marcador verbal, uma pausa e uma mudança de tom). A título de exemplificação, desenvolvo a seguir o penúltimo turno do exemplo (31), com unidades demarcadas por vários tipos de sinais.

Ela: /.../ UC1 — *veja'* (+) *agora que nós estamos falando sobre educação'* (+) *estou lembrando o seguinte'* (+) nós somos casados e não temos filhos *né"* (+)

UC2 — *então lembrei a história* (+) u-um senhor dizendo (+) antes de casá ele tinha seis teorias e não tinha nenhum filho (+)

UC3 — *depois que* ele casou ele tinha seis filhos e não tinha nenhuma teoria que educasse os fi que educasse os fi *((risos))*

UC4 — *acho que* esse é o nosso caso *sabe"* *((risos))*

UC5 — *nós estamos falando* mas sem nenhuma experiência particular no assunto *né'* /.../

Nesse turno temos inícios e finais de unidades (os elementos grifados) definidos como marcadores em combinação. No caso da UC1 o início tem três marcadores verbais (lexicais) seguidos de micropausa, e no final, um marcador verbal seguido de micropausa; a UC3 inicia com um marcador verbal narrativo (indicando temporalidade e seqüência) e um final não-verbal (risos). A UC4 combina um marcador verbal com um não-verbal no final.

Observei acima que, quanto às funções, tais sinais ou marcadores operam sob duas formas: conversacional e sintática.

Em relação às *funções conversacionais*, eles podem ser considerados sob dois aspectos:

(a) *sinais produzidos pelo falante*, que servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o início e o final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se, auto-interpretar-se, reorganizar e reorientar o discurso etc.;

(b) *sinais produzidos pelo ouvinte* durante o turno do interlocutor e geralmente em sobreposição, que servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção. Aos sinais de concordância como "ahã", "sim", "claro", o falante pode animar-se; aos sinais de discordância como "não", "impossível", o falante pode reformular-se ou acrescentar algo mais; sinais como "diga, diga" promovem uma exploração adicional do tópico, e assim por diante. Marcam a posição pessoal do ouvinte localmente, encorajam, desencorajam, solicitam esclarecimento e não têm apenas uma função fática ou algo semelhante.

Quanto às *funções sintáticas*, esses sinais podem ser responsáveis tanto pela sintaxe da interação como pela segmentação e pelo encadeamento de estruturas lingüísticas. Marcam sintaticamente as unidades quando coocorrem com pausas, correções, anacolutos, reduplicações, elipses etc. Este fato sugere uma íntima relação da *sintaxe da interação* com a *sintaxe gramatical*. É possível que alguns problemas da sintaxe obtenham uma nova visão se observados desta perspectiva.

Nota-se, ainda, uma relação entre *propriedades semântico-pragmáticas* e *formas lingüísticas marcadas interacionalmente*. A indagação por parte do falante solicita aceitação e por parte do ouvinte sugere discordância.

Quanto às *posições*, os sinais do falante podem vir no início, no meio e no fim do turno, enquanto os do ouvinte vêm geralmente no ponto de discordância ou concordância com o tópico, sendo, portanto, localizados.

Com base neste quadro teórico, podemos agora relacionar formas, funções e posições, tendo em mente o esquema montado no início deste capítulo:

(a) *sinais de tomada de turno*: são as expressões com as quais se inicia ou se toma o turno em algum momento. Se o turno iniciado é uma resposta, há expressões típicas, como "olhe", "certo, mas", "você me pergunta se", "entendi, mas", "eu?"; algumas podem indicar prefácios de disjunção e desalinhamento, como "bem", projetando uma quebra com o precedente; há as que introduzem opinião, marcam endosso, como "é isso", "boa idéia"; ou ainda as que retomam o tópico: "voltando ao tema", "em relação a isso"; outras são técnicas de digressão: "a propósito", "antes que me esqueça", operando como marcadores de deslocamento; algumas adiam o tópico — "depois a gente volta a isso";

(b) *sinais de sustentação de turno*: o falante usa-os para manter a palavra ou conseguir o assentimento do ouvinte; aparecem geralmente em final de UC, preferencialmente na forma indagativa, como "viu?", "sabe?", "entende?", "correto?", e podem configurar lugares relevantes para a transição de turno. Também é empregada a técnica da paráfrase: "em resumo", "em outras palavras";

(c) *sinais de saída ou entrega de turno*: aparecem no final do turno, tais como "né?", "viu?", "entendeu?", "é isso aí", "o que você acha?", predominando na forma indagativa;

(d) *sinais de armação do quadro tópico*: funcionam como *framing*, na terminologia de Keller (1979), e indicam o panorama em que se encontra a conversação: "agora que estamos neste ponto", podendo ocorrer no início e meio de turno;

(e) *sinais de assentimento ou discordância*: produzidos pelo ouvinte durante o turno do parceiro, eles vêm quase sempre em sobreposição de vozes: "mhm", "ahã", "não, não", "como?", "ué", e não têm uma função fática apenas.

(f) *sinais de abrandamento*: resolvem problemas específicos, como a comunicação de más notícias e informações desagradáveis. Fraser (1980) observa que eles mitigam os efeitos negativos e minoram os impactos. A rigor, realizam atos indiretos com a função de minimizar riscos. Algumas de suas manifestações são:

1) *forma passiva*: leva o foco da questão de maneira impessoal: "fui incumbido de";
2) *marcadores de distanciamento*: deslocam responsabilidades: "os regulamentos prevêm para este caso";

3) *marcadores de rejeição*: pequenos prefácios como: "odeio fazer estas coisas", "a menos que me equivoque";

4) *verbos parentéticos*: em construções parentéticas, como "você não se oporá, suponho", "não estou sendo inconveniente, espero"; ou então advérbios como "certamente", "presumivelmente";

5) *indagações pospostas*: tais como "você esteve aqui, não esteve?", "fiz bem, não fiz?";

6) *evasões* (*hedges*): afastam a indisposição do ouvinte em relação ao falante, como "tecnicamente sua residência é de primeira classe" (logo, o imposto é mais alto), "oficialmente"; funcionam como precaução, anteparo ou mesmo evasivas, assumindo às vezes a forma de torneios frasais.

Esta abordagem não é completa e talvez sequer seja representativa. Serve de indicação para estudos futuros, uma vez que estes elementos são cruciais para se ter uma visão melhor do que é específico da fala e dão a medida da naturalidade.

8

Coerência conversacional e organização do tópico

Já se frisou que uma conversação não é um enfileiramento aleatório e sucessivo de turnos. Ela é organizada por estratégias de formação e coordenação. O problema, no entanto, é a natureza do funcionamento desta coordenação, que se dá cooperativamente e não por decisão unilateral.

Na conversação, o tópico, em geral, é desenvolvido por pelo menos duas pessoas. Mas nem por isso ela é um texto falado com papéis divididos. A condição inicial, tanto para textos escritos quanto para monólogos e conversações, é que um ato de fala deve ter alguma relação com o ato seguinte e, quando for o caso, com o anterior. Como a conversação se dá em turnos alternados e com vários falantes, é impossível fazer a coerência recair nas produções individuais apenas.

Com isto, as regras da referenciação são diferentes das do monólogo. Na conversação, a perspectiva do desenvolvimento é múltipla; cada turno pode colocar uma reorientação, mudança ou quebra do ponto de vista em curso; a repetição de conteúdos por parte de vários falantes não é redundante; asserir e confirmar são atos diferentes: a asserção afirma uma proposição, e a confirmação

afirma um consenso; a contradição pode ter dois aspectos: se o falante se contradiz a si próprio ou se contradiz a seu parceiro; a coerência é propriedade do conjunto da conversação, enquanto a consistência recai na produção de cada falante (cf. Franck, 1980).

Assim, a coerência conversacional não é simplesmente uma relação simétrica entre turnos consecutivos. Na conversação, ao contrário do que se dá no texto escrito, a coerência é um processo que ocorre na orientação temporal em que a reversibilidade não se verifica. Daí a dificuldade que um falante tem de assegurar o tópico, uma vez que não pode programar o seguimento completo.

Ao lado da troca de turnos, a coerência é um dos organizadores mais importantes da conversação, mas de natureza bem diversa. Podemos imaginar e conhecemos conversações com constantes violações do sistema de troca de turnos, mas, se lhes faltar coerência, elas serão mais do que estruturalmente falhas, pois não terá havido interação. Uma pessoa que não mantém o princípio da cooperação, fala sozinha, não obstante permitir que o outro tenha seus turnos.

A coerência é um processo global e implica interpretação mútua, local e coordenada. Serve-se de uma série enorme de recursos, tais como unidades lexicais, estereótipos, marcadores, dispositivos não-verbais, recursos supra-segmentais e muitos outros.

Como se observa, no tratamento da coerência entram considerações de conteúdo. Justamente isso, lembra Coulthard (1977, p. 75), fazia com que Sacks em suas aulas, em 1968, considerasse delicada a exploração do tópico na conversação, sendo difícil propor procedimentos formais para sua organização. Mesmo assim é possível descrever a organização do tópico, pois ele é de algum modo estruturado.

Organização do tópico

A primeira questão a decidir é que tipo de coisas podem formar tópicos na conversação (Coulthard, 1977, p. 75), pois parece que a conversação é comandada pelo *princípio da parcimônia*, que diz não ser conveniente falar aquilo que se supõe sabido pelo parceiro. Por outro lado, prossegue Coulthard, sabemos que algumas coisas são "conversáveis" e outras não. Entre as coisas conversáveis, algumas podem ser ditas a qualquer um e outras a poucos, algumas devem ser ditas logo e outras podem ser adiadas, e assim por diante.

No geral, as conversações iniciam-se com o tópico que motivou o encontro. Se foi um encontro inesperado ele pode iniciar com a surpresa e passar para outro tópico logo em seguida; se foi combinado, o tópico inicial já estava em pauta; tratando-se de um telefonema, aquele que chamou normalmente sabe o que pretende propor na primeira brecha que se oferecer para o tópico. Cumprimentos e despedidas em si não formam tópicos, mas podem tornar-se o tópico de um debate. Fundamental aqui é que só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar, nem que seja sobre futilidades ou sobre o tempo, e se isto é conversado. É a isto que se refere Goffman quando sugere que uma conversação é uma "interação centrada".

Uma conversação fluente é aquela em que a passagem de um tópico a outro se dá com naturalidade, mas é muito comum que a passagem de um tópico a outro seja marcada. Os marcadores de introdução de tópico não funcionam apenas para indicar que se está passando para algo novo, mas que esta passagem tem alguma razão de ser e deve ser notada (caso contrário, pode surgir a clássica pergunta: "por que isso agora?"). Entre esses marcadores temos alguns típicos, como: "isto me lembra aquela do" (e se conta o caso), ou "sim, mas mudando de assunto", ou

então "mas voltando ao assunto". Esses três marcadores têm função bem diversa, qualitativamente falando. O primeiro é o prefácio de uma *digressão*; o segundo propõe uma mudança de rumo e é uma *quebra*; o terceiro é um *aviso* para o retorno a algo interrompido.

Contudo é comum ocorrerem mudanças de tópico sem nenhum aviso. Neste caso é provável que coocorram alguns marcadores de outra natureza. Tome-se o exemplo (32), abaixo:

(32) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: dois conhecidos conversavam na ante-sala de um escritório esperando que chegasse o diretor da firma.

...

T1 G: sua programação em Brasília é até quando"
T2 N: em princípio até sexta-feira à tarde (+) /.../quanto menos ficá por lá melhor
T3 G: é né"
T4 N: ma::s
T5 G: faz tempo que não vô a Brasília/viu"
T6 N: faz tempo' é" (2.0) tem que i lá vê comé qu'estão os movimentos agora
T7 G: é hein" ((ri ironicamente)) (2.0) eu não acredito nesses movimentos/ eu acho que não existe nenhum(+) movimento existe muito mas nada con/ nada positivo e concreto
T8 N: tá complicada a situação
T9 G: é/(3.0) movimento é o que deve mais tê né"
(2.0)
T10 N: es:: (2.0) Brasília es: (+) é um problema né"
(2.5)

→T11 G: você daonde vem" (+) na realidade'
T12 N: eu sô de S.P. (+) S.P./.../ morei em várias cidades (+) ma:s de 78 pra cá: eu moro aqui,
T13 G: veio direto pra cá"
T14 N: é (++) eu vim da França pra cá (+) passei uns anos lá na França (+) e de lá pra cá
(2.0)
→T15 G: eu tenho uma grande amiga minha que tava conversando com ela agora (++) fiquei de i lá vê a casa pra ela sê a minha vizinha (+) e:: e ela morô na França e ela lhe conhece que eu já falei(+) C./C.B.
(2.0)
T16 N: ela trabalha lá na:::
T17 G: ela trabalha lá
T18 N: no: na Fundação
(2.0)
→T19 G: aí ela sempre teve um um sonho de morá ali/.../

A ocorrência acima é reveladora na medida em que em tão curto tempo (1 minuto e 46 segundos, com 28 segundos de pausas) houve várias mudanças de tópico. Antes de T1, N. vinha explicando que deveria ficar em Brasília cerca de uma semana. O tópico foi perdendo o interesse, o que se manifesta no crescente número de pausas intra e interturnos, até atingir o ponto crítico em T9 e T10, com mais pausa do que fala. Neste ponto, T11, G. toma a iniciativa de cortar bruscamente o tópico sem aviso prévio. Entre T14 e T15 ocorre nova mudança de tópico, desta vez motivada por uma associação, mas é curioso que os próximos minutos da conversa vão girar sobre a casa que a amiga de G. vai alugar. Observe-se ainda que T16, 17 e

18 assentam num conhecimento mútuo muito grande e G. confirma a informação que N. iniciou em T16 e só dará em T18. A brusca mudança entre T10 e T11, embora não tenha sido precedida de um marcador verbal, foi marcada por pausas, hesitações e turnos quase mecânicos.

Outro dado revelador em (32) é o papel dos conhecimentos prévios partilhados que se manifestam entre T16 e T18, que permitem um alto grau de implicitude na conversação. Ao lado destes conhecimentos, temos ainda as convenções sociais, as normas culturais e as imagens mútuas que as pessoas fazem umas das outras influenciando nos processos inferenciais e construções de informações. É aqui que variáveis como sexo, grau de intimidade, posição social, formação e outras têm um papel à desempenhar como fatores na articulação dos movimentos cooperativos.

A armação do quadro tópico pode ser entendida se adotarmos a distinção proposta por Sacks (cf. Coulthard, 1977, p. 77) entre *falar topicamente* e *falar sobre o tópico*. É possível que vários falantes sucessivos falem topicamente sem se aterem ao mesmo tópico, ou seja, preserva-se a coerência embora mude o tópico. Tome-se o seguinte caso hipotético: alguém propõe o tópico a ser conversado dizendo "ontem estive num restaurante". Topicamente, isto equivale ao esquema "ontem estive no lugar x", e cada falante que se ativer a este esquema estará agindo de forma topicamente coerente, embora não se atenha ao tópico "restaurante x", mas parta para "um bar", "um supermercado", "uma praia" etc., que formam uma família de tópicos.

Tudo indica que a regra básica para a organização tópica da conversação é: dois turnos contíguos que apresentam o desenvolvimento do mesmo conteúdo seqüenciam o mesmo tópico, e dois turnos que não seqüenciam o mesmo conteúdo constituem uma mudança de tópico. Mas entre a *continuidade* e a *mudança* temos a possibilidade da *quebra* de tópico. A diferença que se pode estabelecer entre quebra e mudança é de interesse teórico, como mostra Stech (1982:20). Assim:

(a) a *mudança* de tópico ocorre quando o tópico chegou ao seu final, caracterizando uma terminação;

(b) a *quebra* de tópico ocorre quando o tópico foi interrompido, podendo retornar.

Na *mudança* dá-se a introdução de um novo tópico pela *terminação* do anterior; na *quebra* dá-se a introdução do novo tópico pela *interrupção* do anterior. Muitos podem ser os motivos da quebra: a chegada repentina de alguém, um fato qualquer que ocorre no contexto externo da conversação, uma repentina associação com algo bem diverso, um problema qualquer que o falante introduz sem mais nem menos, e assim por diante. O certo é que a coerência entre turnos acontece na relação de continuidade e ultrapassagem dos tópicos e não propriamente na relação de um turno a outro. Coerência e contigüidade de turnos são coisas distintas.

Retornando à sugestão de Stech (1982) de distinção entre mudança e quebra de tópico, pode-se propor um esquema com padrões estruturais ou seqüências tópicas (Stech, 1982, p. 80-1). A *quebra* é uma mudança de tipo especial, sentida como *interrupção*. Uma seqüência tópica pode ter dois tipos de organização em relação à quebra:

(a) *subseqüências encaixadas*: estas ocorrem quando um tópico é introduzido como quebra do tópico anterior, podendo então dar lugar ao retorno para a terminação do tópico original;

(b) *seqüências alternadas*: ocorrem quando um tópico é introduzido e ocasiona uma quebra no anterior, havendo então outra quebra do novo tópico, voltando-se ao anterior, sem, contudo,

terminar o segundo, podendo haver nova quebra no tópico, e assim por diante, sem terminar os tópicos. Quebras intermitentes com retornos alternados a partes de tópicos anteriores inconclusos sugerem que os participantes não estão coordenando suficientemente suas contribuições (Stech, 1982, p. 86). Ou então indicam que cada qual está interessado em debater algo diverso.

Uma vez estabelecida esta distinção, podemos observar três tipos de subseqüências encaixadas, de acordo com sua qualidade na relação com o tópico em andamento:

(a) *subseqüência encaixada subordinada*: em que o tópico introduzido é parte ou está relacionado com o tópico em curso. É o caso em que se está tratando de um tema geral e os tópicos vão sendo permeados de incursões históricas, dados paralelos etc. Podemos imaginar algo semelhante ao que ocorre nas orações subordinadas em relação à principal. Elas formam pequenas quebras encaixadas, mas não irrelevantes;

(b) *subseqüência encaixada associativa*: em que o tópico introduzido está acidentalmente associado e não contribui propriamente ao desenvolvimento do tema geral. É o tipo de tópico introduzido por marcadores tais como "a propósito", "isto me lembra aquele caso". São subseqüências que formam pequenos parênteses e incursionam em áreas tangenciais ou paralelas e até irrelevantes ao tópico em desenvolvimento;

(c) *subseqüência encaixada formulativa*: é o caso de tópicos introduzidos para tratar de como tratar o tema em pauta. É a fala sobre o que e como se deve falar sobre aquilo. Desenvolve-se num nível metalingüístico: "vamos pensar nos critérios para desenvolver isso aí?".

Não obstante a singeleza do sistema aqui montado para a continuidade, terminação e quebra de tópico, nem tudo é tão simples. Se parece mais ou menos claro como progridem os tópicos e suas partes, subpartes etc., falta-nos conhecimento de como os falantes percebem esta questão. O problema se coloca agora não mais em termos organizacionais ou semânticos, mas interacionais. Quais são as evidências percebidas pelos falantes para se entenderem? É aqui que a entonação, os gestos, os olhares, as caretas, o riso, os silêncios e os recursos verbais passam a funcionar integradamente, e a conversação, como algo dinâmico, foge a qualquer amarra categorial.

Paradigmático é o exemplo a seguir, que para o analista pode ser de extrema dificuldade de compreensão:

(33) *L. A. M. — Recife — 1985*

(*Contexto*: marido, A., e mulher, E., discutiram rapidamente com uma troca de palavras em poucos segundos.)

T1	E:	já mandou as cartas"	((em tom enérgico))
T2	A:	que cartas"	((surpreso))
T3	E:	que cartas'	((irônica e dura))
T4	A:	ah sim'	((contemporizador))
T5	E:	mandô::"	((incisiva))
T6	A:	não/	((desolado))
T7	E:	eu SABIA que você era contra	((irritada, saindo))

Temos um ou dois tópicos aqui? T1 fala em cartas e T7 em algo que A. seria contra. Na verdade, o tópico era um só, abordado em duas etapas e com duas alusões. E. se reportava à indecisão de A. na solução de um problema que era do interesse de ambos. O problema não eram as

cartas; estas eram um sintoma de algo maior. A série de atos aí presentes é marcada por um estilo característico e por pressupostos que não se explicitam verbalmente.

Tudo leva a crer que a categoria básica no processo inferencial seja a *compreensão*, já que ela permeia o processo em todos os momentos de sua realização. Mas a compreensão não é fruto do trabalho de um dos interlocutores apenas, e sim dinamicamente construída por vários, ao se considerar a bilateralidade dos atos conversacionais, que não podem ser vistos exclusivamente do ponto de vista de quem os produz ou de quem os recebe. Por isso mesmo é na forma de os interlocutores interagirem que reside a melhor fonte para a análise do processo de compreensão. Isto desencadeia um movimento em que o processo se torna *co-inferencial*.

Considerando esta perspectiva de análise da interação conversacional, nota-se que a conversação não se funda exclusivamente na produção individual de cada falante, mas na produção conjunta. Isto permite que se tome a conversação como uma atividade de *co-produção discursiva*, mesmo quando a fonte é um indivíduo de cada vez. E é provavelmente neste movimento que se deve analisar o difícil problema dos processos argumentativos, em que os falantes estão engajados, transformando-se em *co-argumentativos*.

Assim, a definição de turno apresentada inicialmente, que postulava o turno como a produção lingüística de um indivíduo enquanto tem a palavra, embora formalmente correta, deve ser vista sob um ângulo crítico. Como o falante não fala para si e sim para um ou mais interlocutores, ele não produz sua fala unilateralmente, pois, mesmo enquanto fala, está sendo de alguma forma comandado pelas reações não-verbais do(s) outro(s).

9
Observações finais

Na maior parte deste livro procedi à análise da conversação como se fosse possível definir-lhe propriedades estruturais ou organizacionais rigorosamente claras. Ocorre, porém, que a cada momento surgem contra-exemplos, e nem tudo é como a teoria gostaria que fosse. Não se trata de um azar histórico dos modelos nem de uma aleatoriedade do fenômeno analisado.

Mais do que tudo, o que se deve perceber é que os sistemas organizacionais não foram propostos como normas para padrões de funcionamento e sim como procedimentos analíticos. E, como toda a abordagem categorial de fenômenos dinâmicos está fadada ao risco do insucesso explicativo e descritivo, deve-se encarar os resultados como formas de perceber organizações e processos e não como propostas normativas para os fenômenos analisados.

Com esta perspectiva em mente (cf. Levinson, 1983, p. 364-6) e tomando, por exemplo, a noção de *relevância condicional* dos pares adjacentes, podemos observar que ela não é estringente em todos os casos. Mas, a cada vez que *A* dirige uma pergunta a *B* e este demora um pouco para responder ou não responde, *A infere* algo

de acordo com a atividade em curso. Se a resposta estiver fora do que era esperado, pode ocorrer a volta da pergunta ou um comentário sobre a qualidade da resposta. Neste sentido, aquela noção não prevê uma necessidade, mas organiza uma fatia da interação.

Dizer que no caso do elogio a preferência é por recusá-lo, não significa que não possa ser aceito. Mas a aceitação não passa despercebida e pode gerar nos participantes inferências e reações diversas a respeito daquele que aceitou. Portanto: a montagem das diferentes estratégias, processos e organizações não tem em vista mostrar que as coisas devem dar-se *assim*, mas servir de chave para compreender o que está ocorrendo quando *não é assim*. A rigor, tem-se aí um procedimento metodológico próximo ao que H. P. Grice seguiu ao montar seu quadro das máximas conversacionais a partir do princípio cooperativo. Embora formuladas no imperativo, as máximas não impõem obrigações; apenas servem de guia para interpretar as razões que levaram à sua inobservância.

Assim, postular que a tomada de turno é uma operação crucial do processo organizacional da conversação é mais do que estabelecer um sistema descritivo. É sobretudo providenciar um caminho para a interpretação das funções das pausas, dos silêncios, das hesitações, sobreposições etc.

Consideremos o debate político em que jornalistas fazem perguntas complicadas ou capciosas a candidatos a cargos eletivos. Caso um candidato não inicie logo e incisivamente sua resposta, mas faça uma pausa e hesite no início, dará margem a uma *rede de inferências*, que vão desde "nessa ele tá por fora" até "é um despreparado", não obstante ter-se recuperado e oferecido uma boa resposta. Tais fatos revelam que o comportamento esperado sobrepõe-se por vezes ao manifestado. Como hipótese, não custa aventar que é normal ter-se como fonte para inferências alguma instância ideal reguladora, o que permite

às ciências humanas montarem modelos mesmo para fenômenos dinâmicos.

Uma indagação importante, feita por Levinson (1983, p. 368), é a de se os aspectos aqui descritos da organização conversacional são universais. Caso sejam, então várias são as conseqüências: para o estudo da aquisição da linguagem, para a explicação de universais lingüísticos através de padrões de uso da linguagem, para programas pedagógicos formulados em novas bases etc. Na atual ausência de estudos comparativos entre as diversas línguas e culturas, ainda não se dispõe de uma resposta a esta questão. É de se supor que alguns padrões, como os pares adjacentes, a organização localmente comandada e o sistema de correções, sejam relativamente universais. Isto pode constituir um bom campo de pesquisa para estudos de pragmática comparativa e sociolingüística interpretativa. Áreas de um futuro promissor porquanto afetam interesses de várias disciplinas.

10
Vocabulário crítico

Tendo em vista serem os temas abordados neste livro relativamente desconhecidos na maioria dos cursos de graduação em nossas universidades, fiz o possível para não empregar os termos técnicos da AC sem antes defini-los ou dar-lhes suficiente clareza para melhor compreensão. Por isso listo apenas alguns dos termos que me parecem mais complexos.

Conversação natural: toma-se como natural a conversação que se dá espontânea e livremente no dia-a-dia, sem qualquer tipo de imposição institucional ou por força de alguma situação, como as entrevistas, os inquéritos, os diálogos em filmes, teatros, novelas de TV e similares. Geralmente ela se dá face a face, mas pode ocorrer por meios eletrônicos, como o telefone, o rádio e a televisão.

Despreferência: este termo foi desenvolvido para caracterizar ações negativas ou discordantes em relação a uma ação anterior. Alguém que recusa um convite toma uma atitude de despreferência, assim como alguém que rejeita ou discorda de um elogio. Como preferir ações positivas é sempre o mais esperado, as despreferências

são geralmente marcadas por algum sinal, seja ele verbal ou não-verbal.

Frame: termo proveniente da área dos estudos cognitivistas e que serve para designar algum modelo global que abrange o conhecimento conceptual e prático a respeito de algo. Como tal, forma um quadro cognitivo que sugere uma rede de expectativas, como no caso do *frame* de pergunta "você acha que" ou de deslocamento como "a propósito" e outros esquemas dessa natureza.

Preferência: termo usado para caracterizar o sistema de decisões em relação a ações seqüenciais, do tipo insulto--rejeição, em que a preferência é pela rejeição. No caso das correções, por exemplo, a preferência mais comum é a autocorreção. Indica as regularidades nas interações verbais ou não-verbais, baseadas em convenções de natureza sociocultural e não meramente lingüística.

Seqüência: em sentido estrito, a seqüencia é constituída por um par conversacional em que o primeiro turno tem alguma relevância sobre o segundo, como no caso dos cumprimentos, das despedidas, das perguntas e respostas e muitos outros. Neste caso teríamos seqüências pares que formariam os pares adjacentes. Em sentido amplo, uma seqüência é uma série de turnos sucessivos que se ligam por alguma razão semântico-pragmática.

Turno: técnica e estruturalmente, é a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade do silêncio, que é significativo e notado. A expressão *ter o turno* equivaleria então a estar na vez, ter a palavra e estar de fato usando-a. Daí não se considerar como turno a produção do ouvinte durante a fala de alguém, embora isto tenha repercussão sobre o que fala. Importante não confundir turno com *ato de fala* realizado em movimentos sucessivos. No caso do turno "você me emprestaria o telefone / que o meu está quebrado?", temos dois atos de fala e um turno.

11

Bibliografia comentada

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen. 1978. Universals in Language Use: Politness Phenomena. In: GOODY, E. N., ed. *Questions and Politeness*; Strategies in Social Interaction. Cambridge, Cambridge Univ. Press. p. 56--324.
Uma excelente análise sobre a organização da polidez, tanto da perspectiva dos atos de fala como do ponto de vista etnometodológico. Busca estabelecer estratégias gerais e específicas, de caráter universal, com base no princípio da racionalidade webberiana.

COOK-GUMPERZ, J. & GUMPERZ, J. J. 1984. *The Politics of a Conversation*: Conversational Inference in Discussion. Institute of Cognitive Studies, University of California at Berkeley. mimeo.
Análise dos processos inferenciais enfocando os traços supra-segmentais e todas as demais dicas contextuais.

COULTHARD, Malcolm. 1977. *An Introduction to Discourse Analysis*. Harlow, Essex, Longman.
Introdução clara à análise do discurso de um modo geral. Com capítulos sobre os atos de fala, a etnografia da fala, a interação em sala de aula, a aquisição do discurso e a AC com excelente resumo.

DITTMANN, Jürgen. 1979. Einleitung — Was ist, zu welchen zwecken und wie treiben wir Konversationsanalyse?. In: —, ed. *Arbeiten zur Konversationsanalyse*. Tübingen, Max Niemeyer. p. 1-43.
Propõe uma definição de AC e discute as questões metodológicas com uma visão crítica do problema ideológico envolvido na AC.

FRANK, Dorothea. 1980. *Grammatik und Konversation*. Königstein, Scriptor.
Tentativa de desenvolver uma lingüística da conversação à base de estudos pragmáticos. Preocupa-se com a análise das partículas modais e seu funcionamento na conversação em alemão.

FRASER, Bruce. 1980. Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, *4*:341-50.
Embora breve, o estudo é muito útil sobre o problema das técnicas conversacionais de abrandamento.

GOFFMAN, Ervin. 1976. Replies and Responses. *Language in Society*, *5*:257-313.
Análise clara documentada do funcionamento par da linguagem.

GOODWIN, Charles. 1981. *Conversational Organization: Interaction between Speakers and Hearers*. New York, Academic Press.
Partindo de uma revisão dos modelos da AC, o autor analisa os fatores não-verbais na atividade conversacional.

GUMPERZ, John J. 1982. *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
Obra essencial para microanálises sobre a comunicação inter-étnica, aspectos prosódicos, convenções contextuais e processos inferenciais.
—, ed. 1982a. *Language and Social Identity*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
Contém treze textos, em sua maioria sobre problemas de comunicação inter-étnica nas mais diversas culturas.

HALLIDAY, M. A. K. 1985. *An Introduction to Functional Grammar*. London, Edward Arnold.
Obra sobre as estruturas e o funcionamento da língua falada e suas relações com a escrita. Serve como uma introdução minuciosa à gramática funcional.

JEFFERSON, Gail (1972). Side Sequences. In: SUDNOW, D., ed. *Studies in Social Interaction*. New York, the Free Press Collier-Macmillan. p. 294-338.
Traz uma análise dos mecanismos de quebra de seqüências por processos do tipo correção, explicação ou repetição.

KELLER, Eric. 1979. Gambits: Conversational Strategy Signals. *Journal of Pragmatics*, 3, 219-238.
Proveitosa análise sobre os marcadores conversacionais.

LABOV, William & FANSHEL, D. 1977. *Therapeutic Discourse: Psychotherapy as Conversation*. New York, Academic Press.
Analisando catorze minutos de uma sessão de psicanálise com uma menina, os autores desenvolvem rico processo de interpretação do discurso. Não se insere na AC de tendência etnometodológica.

LEVINSON, Stephen. 1983. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
Obra básica, atualizada e crítica sobre os problemas centrais da pragmática. De importância especial é o capítulo 6, sobre a conversação.

RATH, Rainer. 1979. *Kommunikationspraxis*. Göttingen, Vandehoeck & Ruprecht.
Proveitoso pelas análises fartamente documentadas sobre a organização sintática dos textos falados, sobretudo a conversação. Um dos poucos a tratar longamente das correlações sintáticas exibidas pelos marcadores lingüísticos.

REHBEIN, Jochen 1979. Sprechhandlungsaugmente: Zur Organization der Hörersteuerung. In: WEYDT, H., ed. *Die Partikeln der deutschen Sprache*. Berlin, Walter de Gruyter. p. 58-74.
Uma análise do funcionamento comunicativo dos sinais conversacionais produzidos pelo ouvinte.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. E.; JEFFERSON, G. 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Takiing for Conversation. *Language*, 50, 696-735.
Estudo muito influente, contendo um dos modelos mais conhecidos sobre o sistema de organização dos turnos na conversação. Serve como uma introdução básica aos problemas gerais da AC.

SCHANK, Gerd. 1979. Zum Problem der Natürlichkeit von Gesprächen in der Konversationsanalyse. In: DITTMANN, J., op. cit., p. 73-93.
Uma análise crítica da expressão *conversação natural* e das conseqüências de uma tipologia da conversação.

SCHEGLOFF, Emanuel E. 1972. Sequencing in Conversational Openings. In: GUMPERZ, J. J. & HYMES, Dell, eds. *Directions in Sociolinguistics*. New York, Holt, Rinehart & Winston, p. 346-80.
Uma das melhores e mais conhecidas análises das aberturas nas conversações telefônicas.

—. 1979. The Relevance of Repair to Syntax-for-Conversation. In: GIVON, T., ed. *Syntax and Semantics*; v. 12: Discourse and Syntax. New York, Academic Press. p. 261-85.
O título é auto-explicativo. Excelente estudo sobre a influência das correções e reparos na estrutura sintática das sentenças conversacionais.

— & SACKS, Harvey. 1973. Openings up closings. *Semiotica*, VIII, 289-327.
Análise das aberturas e fechamentos sobretudo de conversações telefônicas, com discussão de questões mais amplas da AC da perspectiva etnometodológica.

—; Jefferson, G.; Sacks, H. 1977. The Preference for Self-correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, 55 (2) : 361-82.

Um dos textos mais claros e completos sobre o problema das correções na conversação. Desenvolve uma tipologia e propõe um sistema de análise.

Sinclair, J. McH. & Coulthard, R. M. 1975. *Towards an Analysis of Discourse: The English Used by Teachers and Pupils*. London, Oxford Univ. Press.

Um dos textos pioneiros na análise da interação em sala de aula. Ainda atual e muito proveitoso pela proposta de análise através dos atos de fala.

Stech, Ernest L. 1982. The Analysis of Conversational Topic Sequence Structure. *Semiotica*, XVII:75-91.

Uma análise breve mas sistemática a respeito da organização do tópico na sua estrutura seqüencial.

Streek, Jürgen. 1983. Konversationsanalyse. Ein Reparaturversuch. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, 2 : 72--104.

Revisão crítica da recepção da AC na Alemanha com discussões metodológicas.

Stubbs, Michael. 1983. *Discourse Analysis*. The Sociolinguistic Analysis of Natural Language. Oxford, Basil Blockwell.

Visão clara e abrangente, ficando entre a AC e a Lingüística de Texto. De importância o capítulo final sobre questões de metodologia da coleta de dados.

SÉRIE

PRINCÍPIOS

Paródia, paráfrase & cia • Teoria do conto • A personagem • 4 O foco narrativo • A crônica • Versos, sons, ritmos • Erotismo e literatura • Semântica • A pesquisa sociolingüística • Pronúncia do inglês norte americano • Rumos da literatura inglesa • Técnicas de comunicação escrita • 13 O caráter social da ficção do Brasil • Best seller: a literatura de mercado • O signo • 16 A dança • 17 Linguagem e persuasão • Para uma nova gramática do português • 19 A telenovela • A poesia lírica • 21 Períodos literários • 22 Informática e sociedade • 23 Espaço e romance • 24 O herói • 25 Sonho e loucura • Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? • 27 Morfologia inglesa – Noções introdutórias • Iniciação à música popular brasileira • Estrutura da notícia • Conceito de psiquiatria • O inconsciente – Um estudo crítico • A histeria • O trabalho na América Latina colonial • Umbanda • Teoria da informação • O enredo • 37 Linguagem jornalística • O feudalismo economia e sociedade • A cidade-Estado antiga • Negritude – Usos e sentidos • Imprensa feminina • 42 Sexo e adolescência • Magia e pensamento mágico • 44 A metalinguagem • 45 Psicanálise e linguagem • 46 Teoria da literatura • 47 Sociedades do Antigo Oriente Próximo • Lutas camponesas no Nordeste • A linguagem literária • Brasil Império • Perspectivas históricas da educação • Camponeses • Região e organização espacial • Despotismo esclarecido • Concordância verbal • Comunicação e cultura brasileira • Conceito de poesia • Literatura comparada • Sociedades indígenas • Modernismo brasileiro e vanguarda • Personagens da literatura infanto-juvenil • Cibernética • Greve – Fatos e significados • A aprendizagem do ator • Carnaval, carnavais • Brasil República • Computador e ensino – Uma aplicação à língua portuguesa • Modo capitalista de produção e agricultura • Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão • Marxismo e teoria da revolução proletária • Pescadores do mar • A alegoria • Consciência e identidade • Oficina de tradução – A teoria na prática • História do movimento operário no Brasil • Neuroses • Surrealismo • Romantismo • Higiene bucal • Aspectos econômicos da educação • Escola Nova • Análise da conversação • O Estado Federal • Iluminismo • Constituições • Literatura infantil – Voz de criança • A imagem • Teoria lexical • A política externa